

HAMILTON DE ALMEIDA DUARTE

**A GESTÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES
DE MATERIAL RECICLÁVEL E O MODELO COOPERATIVO**

Mestrado em Gestão de Negócios

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS

2005

HAMILTON DE ALMEIDA DUARTE

**A GESTÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS CATADORES
DE MATERIAL RECICLÁVEL E O MODELO COOPERATIVO**

Mestrado em Gestão de Negócios

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica de Santos como exigência parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Gestão de Negócios, sob orientação do Professor Doutor Luciano A. Prates Junqueira.

Universidade Católica de Santos

2005

Banca Examinadora

Agradecimentos,

A Deus, pela minha vida.

Aos meus pais,

Pelo exemplo .

Aos meus filhos,

Luzes do meu caminho.

A minha amada,

vale a pena.

Amigos,

Para sempre.

Ao meu orientador,

Prof. Dr. Luciano A.P. Junqueira,
saber, competência e grandeza d' alma.

Banca Examinadora,

dever, sensibilidade e ideal.

A todos que me auxiliaram nessa caminhada, em especial,

Celeste e Ana Lúcia,

apoio nos momentos decisivos

Resumo

Esta Dissertação situa-se na área de Organização e Gestão e está fundamentada na linha de pesquisa Porto e Meio Ambiente. O tema desta Dissertação é o estudo da organização e gestão da Cooperativa dos Catadores de Material Reciclável de Santos, com a finalidade da criação de uma cooperativa voltada à integração dos catadores ao seu papel de cidadão. O problema para esta Dissertação se configura nas questões: quais são os fatores que favorecem a gestão sustentável da cooperativa de catadores de material reciclável e quais são as possibilidades de uma cooperativa se tornar uma alternativa de construção da autonomia, dando aos excluídos as condições de um trabalho digno? O objetivo geral consiste em verificar as potencialidades do modelo cooperativo na dinamização dos negócios da reciclagem, por meio da parceria pública - privada, visando à reintegração socioeconômica dos catadores. Quanto aos objetivos específicos, temos: 1) identificar os fatores para uma gestão sustentável e sua influência na criação da cooperativa de materiais recicláveis, em Santos; e 2) identificar o perfil social e econômico dos catadores associados da cooperativa. Utilizamos um estudo sobre caso que facilita a compreensão de fenômenos sociais e complexos, as causas, os meios e as consequências. Entrevistas foram feitas para a investigação do caráter qualitativo dos catadores de material reciclável, seguindo uma pesquisa teórico-analítica e qualitativa. Os resultados indicaram: quanto ao objetivo geral, a parceria pública-privada foi condição essencial para a viabilização socioeconômica da cooperativa e quanto aos objetivos específicos: 1) o material reciclável tem um valor econômico que permite a sustentabilidade da cooperativa e reduz o impacto poluidor; 2) houve o reconhecimento dessa atividade como uma categoria de trabalhador autônomo, por parte das instituições públicas e privadas, bem como a valorização do catador de material reciclável, enquanto ser humano.

Palavras-chave: gestão sustentável; cooperativa de catadores de material reciclável; reintegração socioeconômica; rede de coleta seletiva.

Abstract

This Dissertation is in the field of Organization and Management, and is based on the line of research on Port and Environment. The subject of this Dissertation is the study of the organization and management of *Cooperativa dos Catadores de Material Reciclável de Santos* [Recyclables Collectors' Cooperative of the City of Santos], which aims at creating a cooperative to have collectors integrated to their role as citizens. The problem analyzed in this Dissertation is translated into the following questions: what are the factors that further the sustainable management of the recyclables collectors' cooperative, and what are the possibilities that a cooperative will become an alternative for building autonomy, providing the disadvantaged with the conditions of a dignified work? The general purpose is to verify the potentialities of the cooperative model in dynamizing recycling business, through public/private partnership, in order to promote collectors' reintegration, both socially and economically. The specific objectives are the following: 1) to identify the factors for a sustainable management and their influence in the creation of a recyclables cooperative in Santos; and 2) to identify the social and economic profile of the collectors that are members of the cooperative. We have used a case study that makes it easier to understand complex social phenomena and their causes, means, and consequences. Interviews were made to investigate the qualitative character of recyclables collectors, based on a theoretical analytic and qualitative research. The results indicated that: with regard to the general objective, the public/private partnership was the essential condition to make the cooperative socially and economically feasible, and, with regard to the specific objectives: 1) recyclables have an economic value that makes the cooperative sustainable, and it reduces the effects of pollution; 2) public and private institutions have recognized this activity as a category of self-employment, and recyclables collectors have been valued as human beings.

Keywords: sustainable management; recyclables collectors' cooperative; social and economic reintegration; selective collection network.

Sumário

| | |
|--|----|
| Introdução | 9 |
| Capítulo I | 19 |
| Metodologia | 19 |
| 1.1 Campo | 19 |
| 1.2 População | 19 |
| 1.3 Coleta de dados | 20 |
| 1.4 Análise de dados | 22 |
| 1.5 Confiabilidade e validade | 23 |
| 1.6 Orientação teórica no processo | 23 |
| Capítulo 2 | 24 |
| Histórico das cooperativas e a reciclagem | 24 |
| 2.1 Exclusão e a economia informal | 24 |
| 2.2 Importância dos catadores no processo de reciclagem | 27 |
| Capítulo 3 | 35 |
| Formação da Cooperativa de Catadores de Material Reciclável de Santos | 35 |
| 3.1 Movimentos precursores de trabalho cooperativo em Santos | 35 |
| 3.2 Projeto e gestão da Associação dos Catadores de Material Reciclável de Santos | 41 |
| 3.3 A formação da Cooperativa de Catadores de Material Reciclável | 46 |
| Capítulo 4 | 50 |
| Caracterização dos associados da Cooperativa de Material Reciclável de Santos | 50 |
| 4.1 Catadores de material reciclável: processo de exclusão social e sua reversão | 50 |
| 4.2 Perfil dos catadores da Cooperativa de Catadores de Material Reciclável de Santos | 56 |
| 4.2.1 Perfil sociodemográfico | 56 |
| 4.2.2 Perfil social | 60 |
| 4.2.3 Perfil econômico | 66 |
| Considerações finais | 69 |
| Referências bibliográficas | 71 |
| Anexos | 74 |

Projetar o futuro é temer ou desejar. Prever também pode ser identificar os desejos e interesses existentes agora, reconhecer a possibilidade de que os melhores desejos sejam os desejos dominantes e com isso se transformem na realidade. Pensar o futuro atrai, desafia e engana. E mudar o futuro depende de mudar a maneira como se pensa o presente. O futuro começa hoje.

Herbert Souza (Betinho)

Introdução

Esta Dissertação situa-se na área de Organização e Gestão e está fundamentada na linha de pesquisa Porto e Meio Ambiente. O tema é o estudo da organização e gestão da Associação dos Catadores de Material Reciclável de Santos, cuja finalidade foi a criação de uma cooperativa voltada à integração dos catadores ao seu papel de cidadão.

A Associação dos Catadores de Material Reciclável possibilita a concretização da Cooperativa dos Catadores de Material Reciclável de Santos, município do Estado de São Paulo. O projeto da Associação foi formulado no início da década de 1990, quando os catadores associados passaram a ocupar o armazém cedido em comodato pela Prefeitura para a instalação da Associação com a finalidade de organizar a cooperativa. Em princípio, a Prefeitura colaborou ao reunir técnicos, que administraram a Associação nos primeiros anos de existência, receberam financiamento externo para compra de carroças, telefone, camionete e construíram a cobertura do armazém. Contudo, a política municipal mudou e o projeto não se viabilizou.

A frustração e a descrença combinada, em contrapartida, com a esperança de mudança da situação, marcavam os catadores em 2000, quando resolvemos associar-nos à idéia da reconstrução da Associação. Em decorrência de nossa associação, procuramos o responsável da Prefeitura pelos programas e ações de cidadania e buscamos conquistar a confiança dos catadores da Associação com a proposta de resgatar a história desta. A Associação precisava voltar a ser respeitada interna e externamente pela comunidade, pelas autoridades constituídas e pela iniciativa privada.

Com base em questionamentos simples, tais como: Por que foi constituída a Associação dos Carrinheiros (catadores)?, Qual o grau de organização a Associação atingiu?, Quando?, Qual os motivos da decadência do grupo?, observamos que a Associação existia apenas no nome, pois não havia metas, diretrizes e nem a noção clara aonde os catadores queriam chegar.

Os catadores não entendiam que a entidade, a qual participavam, era particular e estava no domínio do direito privado. Não sabiam que era preciso, primeiro, apreender o sentido da cooperação para que, então, se tornassem um grupo com desenvolvimento sustentável.

Diante desse quadro da Associação, levantamos o problema para esta Dissertação: quais são os fatores que favorecem a gestão sustentável da cooperativa de catadores de material reciclável e quais são as possibilidades de uma cooperativa se tornar uma alternativa de construção da autonomia, dando aos excluídos sociais as condições de um trabalho digno?

Em um país como o Brasil, existe não apenas a necessidade de redução do impacto ambiental dos lixões, mas também o desafio de incluir na dinâmica produtiva parcela significativa da população, composta particularmente por mão-de-obra despreparada e, em princípio, pouco capaz de investir em sua empregabilidade.

Constituem o quadro de muitos catadores de material reciclável, segundo Zaluar (1995, p.55), os moradores de rua que vão

pouco a pouco adquirindo a identidade dos caídos, dos inúteis, dos fracassados. A simbologia da queda é particularmente forte entre os que abandonaram os laços sociais com a família, os parentes, os amigos e passaram a viver na solidão nômade dos que perderam seus referenciais de organização social, tão importantes na construção de identidades sociais positivas e de personalidades com auto-estima e noção de dignidades próprias.

A Associação se torna uma possibilidade de resgate da cidadania, com o intuito de oferecer aos moradores de rua condições para sair da margem da sociedade, bem como uma forma de colaboração para a melhoria de vida das futuras gerações.

Os catadores de material reciclável sofrem a exclusão social, resultante direta de fatores econômicos brasileiros. As décadas de 80 e 90, por exemplo, significaram para o Brasil um acirramento na competição mundial e, ao adotar políticas neoliberais, o Estado brasileiro tornou-se menos influente na Economia.

O Neoliberalismo é uma corrente de pensamento político que defende a instituição de um sistema de governo no qual o indivíduo tem mais importância do

que o Estado, sob a argumentação de que quanto menor a participação do Estado na economia, mais rapidamente a sociedade pode se desenvolver e progredir, para o bem dos cidadãos.

Tal concepção se caracteriza pela valorização da competição entre as pessoas e a competição econômica em escala mundial como elementos reguladores e promotores de eficiência.

O predomínio das políticas neoliberais pôs em marcha um gigantesco mecanismo de cassação de direitos. Assim, um lado do Estado se retraiu quanto à busca de garantir direitos na educação, na saúde, na habitação, no saneamento básico, no lazer e na cultura popular. Em detrimento do caráter público do Estado, essa retração abriu espaços para a expansão de um processo inédito de mercantilização das relações sociais e do próprio Estado e atingiu a setores antes protegidos por direitos.

Os processos de privatizações provocaram sensíveis mudanças no Estado como empregador e nas concessões de serviços públicos, abrindo a economia para o comércio internacional, com ênfase na integração dos países do Mercosul, facultando à economia brasileira melhores condições e oportunidades de expansão econômica. Esses processos possibilitaram a reestruturação das instituições privatizadas atraídas por investimentos que as tornaram mais competitivas e contribuíram para a perda do caráter público do Estado em favor da sua privatização representando a penetração dos interesses do capital financeiro no Estado.

Assim, com a adoção do sistema neoliberal no Brasil, passamos a viver o *Estado-mínimo*, no qual predomina a vertente das privatizações e da abertura de mercado.

Segundo Demo (1998), entendemos o Estado como fonte inesgotável de recursos para todas as assistências imagináveis e, sobretudo, lançamos sobre ele a esperança da salvação nacional, como tributo da cidadania. As políticas sociais, como o próprio mercado, funcionam muito mal, representando para os pobres o acesso a migalhas e favores e para os ricos uma ocasião a mais para desviar

recursos públicos. Com isso a exclusão social, que parecia uma ocorrência residual, ganha contornos preocupantes.

Com o Estado influenciando cada vez menos, a sociedade se vê estimulada a implementar ações que, antes, cabiam apenas ao Estado. A complexidade dos serviços oferecidos pelo Estado e sua situação de penúria favorecem a germinação de ações sociais que buscam amenizar essas deficiências e provocar uma melhoria de vida, acompanhada da conscientização social.

A integração dessas ações vem preencher uma lacuna aberta pela ausência do poder público e manifesta um redirecionamento do relacionamento entre Estado e Mercado, em que o Terceiro Setor, em um primeiro momento, exerce o papel de intermediário, passando posteriormente de interlocutor a executor.

Existe uma redefinição do papel do poder local e o surgimento do Terceiro setor, com o intuito de viabilizar um tipo de gestão a permitir a (re)inclusão de uma grande parte da população desempregada e da precarização das condições de vida no Brasil. Quanto à noção de inclusão, é uma discussão nova, como esclarece Wanderley (2000, p. 17),

mendigos, pedintes, marginais povoaram historicamente os espaços sociais constituindo universos estigmatizados que atravessaram séculos. Porém, é mais precisamente a partir dos anos 90 que uma nova noção – a de exclusão – vai protagonizar o debate intelectual e político.

Para Paugam, autor citado por Demo (1998, p. 37), a exclusão social, no entanto, não passa ainda *de um 'conceito-horizonte', que aglutina um tipo de preocupação social atual, sem maiores rigores analíticos.*

Demo (1998) frisa que a pobreza material é sempre marcante, mas que o processo de exclusão passa pela perda do senso de pertencimento, uma vez que os indivíduos experimentam um abandono geral, além da incapacidade de reagir. A novidade é que o debate não repousa mais sobre a visão marxista de classes sociais. Os protagonistas agora são os grupos sociais, definidos em função de interesses coletivos (Santos, 1999a; Demo, 1998).

Podemos, então, considerar que de fato os excluídos carecem dos bens e serviços necessários, mas para além disto é preciso considerar, também, que o cerne da questão passa pela precariedade da cidadania. Bauman (1998) lembra que os "excluídos" são tratados pela sociedade como "estranhos", para os quais foram negados os recursos de construção da identidade e, deste modo, os instrumentos da cidadania. O aspecto político da exclusão revela que seu maior problema é a falta de cidadania, que impede os excluídos de perceberem como as carências são impostas e as oportunidades obstruídas.

Demo (1998) comenta que a inserção pode ser um modo elegante de exclusão. Ao buscar soluções assistencialistas ou de inserção ao percurso de privação, os indivíduos continuam excluídos, despreparados, inválidos, dissociados, porque na maioria das vezes não é atendida uma questão muito simples, a dos direitos humanos. Em outras palavras, parece que as soluções assistencialistas cumprem um papel de tolerância ao outro. Contudo, *a tolerância é uma negação postergada* (Maturana, 1998, p.50). Assim, tolerar significa expressar que o outro está em desacordo, equivocado, mas permitir-se aceitá-lo.

Não é viável, também, tentarmos compreender a exclusão desconsiderando o conflito social. O "estranho" é considerado odioso. De fato, a sociedade não suporta aqueles que transgridem os limites e, assim, convertem-nos em estranhos. Dejours (1999) observa que os indivíduos partilham um sentimento de medo e insegurança diante da ameaça de exclusão, mas adotam freqüentemente uma postura de resignação. Os concidadãos são tomados por uma racionalidade "naturalista" que atribui ao infortúnio da exclusão uma causalidade do destino, uma adversidade ou por uma racionalidade culpabilizante, mas dificilmente como injustiça social. O autor comenta, porém, que este ato pode ser visto como uma "defesa" contra a consciência dolorosa da cumplicidade.

O economista Sen (2001) trouxe à tona uma discussão interessante sobre a desigualdade. A partir das perguntas "por que igualdade?" e "igualdade de quê?", o autor buscou reexaminar o que significa as interpretações sobre desigualdade, a pluralidade de variáveis que se pode focalizar, a diversidade humana e, desse

modo, orientar sobre certas ingenuidades as quais se poderia evitar nos estudos a respeito das desigualdades.

É preciso, pois, observarmos, de imediato, dois critérios fundamentais, presentes nos estudos desse economista: a) a liberdade para realizar algo; e, b) a realização de fato conseguida. A liberdade se liga à oportunidade real que temos para fazer ou alcançar aquilo que valorizamos, enquanto a realização se refere ao que conseguimos fazer ou alcançar.

No rastro desse debate, Santos (1999a) lembra que a emancipação dos excluídos não perpassa só o caminho da política e da economia, mas é, antes, individual, social e cultural. Segundo o sociólogo, para abolir as formas de opressão e exclusão social não basta conceder os direitos, é preciso, também, organizar a reconversão dos processos de socialização e de inculcação cultural. Dupas (1999) analisa rapidamente esse fenômeno e cita que o próprio conceito "exclusão" deve ser formulado, em cada sociedade, sob a influência de questões socioculturais.

Os excluídos, por outro lado, não são totalmente impotentes, eles ameaçam a ordem social, uma vez que não desistiram definitivamente de reagir. Nesse sentido, pertencem ao sistema. O processo de exclusão é, então, uma forma contraditória de inclusão e vice-versa.

É preciso, pois, repensarmos o contrato social na contemporaneidade, uma vez que, segundo Santos (1999b), sofre uma crise. Existem grupos sociais, incluídos no contrato social, que passam a ser excluídos sem qualquer perspectiva de retorno e outros, que deixam de ser candidatos a tomar parte da cidadania.

O espaço de análise da exclusão social reúne as especificidades próprias da história em que se contextualizou o surgimento de uma determinada realidade social. Nesse sentido, existe a necessidade de considerar a espacialidade no contexto das diferentes situações dos países nos processos de mundialização.

Assim Wanderley (2000) aponta para a questão essencial do espaço de análise dos países ditos de primeiro mundo. Nestes,

necessariamente se tem que tomar esse acirramento da crise do Estado – providência, nos anos 80, as transformações em curso do trabalho – que estão na origem da crise da sociedade salarial, com a emergência do desemprego e da precarização das relações de trabalho – como problemas centrais destas sociedades. (p. 19)

Rosanvallon (1998) alerta que a crise do Estado-providência envolve, sobretudo, uma mudança decisiva na percepção do social. Representa uma crise filosófica que obriga à *reconsideração das expressões habituais do contrato social, a reformular a definição do que é justo e eqüitativo, 'a reinventar as formas da solidariedade social'* (p.26).

Dessa forma, consideramos a existência de um esgotamento de figuras emblemáticas da revolução do século XX com relação a ponto de vista da situação global internacional. Uma delas se refere ao estado prolongado de crise do Estado-providência representado também pela crise da solidariedade.

Rosanvallon (1981) destaca que a sociedade vive uma crise da solidariedade mecânica, forjada por um Estado que substitui a interface dos cidadãos. Nesse contexto de crise ressurgem com nova força as propostas de uma sociedade onde os indivíduos são responsáveis por uma solidariedade direta, do tipo comunitário. Uma das propostas de mudar a interface dos indivíduos na sociedade leva a negar a legitimidade da função reguladora do Estado sobre as desigualdades sociais, coibindo seu poder de atuação frente às diferenças sociais originadas pelo funcionamento do mercado. A outra proposta, decorrente do mesmo contexto social, considera as transformações das relações entre economia e sociedade, bem como a crise do trabalho e também dos modos de constituição das atividades individuais e coletivas.

Desse modo,

o século XX viveu sob o domínio da pseudo-racionalidade, mas atrofiou a compreensão, a reflexão e a visão em longo prazo. Sua insuficiência para lidar com os problemas mais graves constituiu um dos mais graves problemas para a humanidade. (Morin: 2000, p.45)

Assim, de acordo com Wanderley (2000, p.18-19), “se o socialismo morreu, como querem muitos, o Estado-providência está em estado prolongado de existência. Observa-se (...) uma espécie de impotência do Estado-nação no

controle das conjunturas nacionais”. Entendemos o Estado-providência como aquele em que o Estado providencia aos cidadãos tudo de que eles necessitam, desde a saúde à segurança social.

Neste sentido, os problemas sociais acumulam-se em *categorias sociais com renda elevada ou relativamente elevada ao lado de categorias sociais excluídas do mercado e por vezes da sociedade* (Wanderley: 2000, p.18).

A partir das modificações ocorridas no mundo do trabalho, surge nos anos 90 um novo conceito de pobreza e de precariedade ou de nova pobreza. Nesse conceito, encontram-se as crescentes populações excluídas do mercado de trabalho, desempregadas de longa duração, relacionadas à crise de emprego e às transformações econômicas da sociedade moderna. Devemos considerar que o conceito de nova pobreza surgiu para explicar a exclusão nos países ricos.

No entanto, no Brasil, embora possamos aplicar essas análises, pois o Brasil está inserido na globalização da Economia, devemos *ressaltar que em nosso país, coexistem diferentes causas de pobreza e exclusão* (Wanderley, 2000, p.19).

As causas da pobreza não são individuais, mas estruturais: a exploração do trabalho pelo capital, o poder das elites e a alienação das pessoas, criada pelo sistema de exploração, que impedia que elas tivessem consciência de seus próprios problemas e necessidades.

Nesse contexto, a situação ecológica no Brasil também deve ser abordada neste estudo, uma vez que:

As necessidades são determinadas social e culturalmente, e o desenvolvimento sustentável requer a promoção de valores que mantenham os padrões de consumo dentro dos limites das possibilidades ecológicas, a quem todos podem, de certo modo, aspirar. (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991, p.47)

O progresso equivale, por vezes, ao controle da natureza e do mundo natural, que se julga consistir de fatores de produção ou meios pelos quais o homem pode se beneficiar materialmente.

A ética ocidental tornou possível desenvolver a moderna tecnologia industrial e agrícola, como aponta Gadotti (2002, p. 1):

As novas tecnologias da informação e da comunicação marcaram todo o século XX. Marx sustentava que a mudança nos meios de produção transformava o modo de produção e as relações de produção. Isso aconteceu com a invenção da escrita, do alfabeto, da imprensa, da televisão e hoje vem acontecendo com a Internet. O desenvolvimento espetacular da informação, quer no que diz respeito às fontes, quer à capacidade de difusão, está gerando uma verdadeira revolução que não afeta apenas a produção e o trabalho, mas principalmente a educação e a formação.

Tal desenvolvimento aumentou imensamente as ilusões humanas de domínio sobre a natureza, mas a verdade é que essas inovações são quase inteiramente obra das civilizações ocidentais. Essa atitude em relação à vida, aliada ao engenho humano, levou às mais profundas transformações do meio ambiente físico.

Segundo Drew (1989), as diferentes abordagens históricas afetaram poderosamente o modo como o homem procurou moldar o ambiente que o cerca. Outrora, tais diferenças teriam interesse puramente acadêmico, mas, hoje, a relação do homem com o meio ambiente chega a uma situação crítica, à medida que as mudanças por ele realizadas podem se tornar irreversíveis, se não trouxerem consigo imprevisíveis alterações.

Para Gadotti (1992), a globalização foi provocada pelo avanço da revolução tecnológica, também caracterizada pela internacionalização da produção e expansão dos fluxos financeiros. Além disso, a regionalização é caracterizada pela formação dos blocos econômicos, fragmentação que divide globalizados e globalizadores, centro e periferia, os que morrem de fome e os que morrem pelo consumo excessivo de alimentos, rivalidades regionais, confrontos políticos, étnicos e confessionais e o terrorismo.

A proposta deste trabalho, quanto ao seu objetivo geral, é verificar as potencialidades do modelo cooperativo na dinamização dos negócios da reciclagem, por meio da parceria pública - privada, visando à reintegração sócio-econômica dos catadores. Quanto aos objetivos específicos, temos: 1) identificar

os fatores para uma gestão sustentável e sua influência na criação da cooperativa de materiais recicláveis em Santos; e 2) identificar o perfil socioeconômico dos catadores associados da cooperativa.

Para a realização deste trabalho, foi feita uma pesquisa do tipo qualitativa e quantitativa. No estudo qualitativo foram levantados a bibliografia e os dados sobre a Associação dos Catadores de Material Reciclável de Santos.

No estudo quantitativo, buscou-se identificar o perfil dos catadores de Material Reciclável que compõem os associados da Associação, hoje cooperados da Cooperativa. A pesquisa foi realizada mediante a aplicação de um questionário a 30 associados, hoje cooperados, para verificar o seu perfil socioeconômico e as suas aspirações em relação ao trabalho e geração de renda.

Esta Dissertação está, assim, estruturada:

O capítulo I apresenta a metodologia adotada para a realização da pesquisa na identificação do perfil socioeconômico dos catadores de material reciclável.

O capítulo II expõe brevemente as concepções econômicas relacionadas a inserção do trabalhador no mercado produtivo e especificamente ao papel dos catadores de material reciclável.

O capítulo III relata os primeiros movimentos do trabalho cooperativo de catadores de Material Reciclável em Santos, fazendo um retrospecto dos problemas relacionados com o lixo, desde 1950 até 2000. Descreve e analisa o processo de recuperação da Associação e a formação e gestão da Cooperativa dos Catadores de Material Reciclável de Santos.

O capítulo IV situa o catador de material reciclável no contexto social, sua exclusão e as alternativas de inclusão através da Cooperativa, no sentido de resgate da auto-estima, condições de exercício da cidadania e trabalho cooperativo auto-sustentável. Esse capítulo identifica e analisa o perfil dos chefes de família que fazem parte da Associação, hoje cooperados.

Capítulo I

Metodologia

A realização do estudo se fez mediante um levantamento bibliográfico para consolidar o quadro teórico e a busca de informações sobre a formação e gestão da Cooperativa de Catadores de Material Reciclável de Santos. Definido o quadro teórico, formulários foram elaborados para a descrição e análise da situação socioeconômica dos catadores.

1.1 Campo

A coleta de dados sobre a formação e gestão da Cooperativa de Catadores de Material Reciclável de Santos e a identificação do perfil socioeconômico dos catadores foi realizada nas moradias dos associados, hoje cooperados durante a visita social domiciliar realizada pela assistente social.

1.2 População

Configuram-se como universo da pesquisa trinta catadores, todos associados e pertencentes à Cooperativa no início deste ano. A faixa etária, o sexo, o grau instrucional, entre outros aspectos relevantes para uma caracterização do perfil da população, serão identificados no capítulo IV deste estudo.

Os pesquisados foram informados dos objetivos da pesquisa e da relevância de um levantamento socioeconômico para o diagnóstico das necessidades dos cooperados.

1.3 Coleta de dados

A coleta ocorreu entre os meses de dezembro de 2004 e de janeiro de 2005, por ocasião da fundação da Cooperativa. Os dados levantados sobre os catadores são provenientes de formulários.

O primeiro formulário possui a seguinte formatação e conteúdo:

| |
|--|
| Dados do entrevistado |
| Nome: _____ Idade: _____ |
| Quem é o chefe de sua família? (nome): _____ |
| Endereço: _____ Bairro: _____ Cidade: _____ |
| Há quanto tempo a sua família mora nesse bairro? _____ E nesta cidade? _____ |
| Em que Estado o chefe de família nasceu? _____ |
| Em que outras cidades morou? _____ |
| Quantas pessoas há na sua família? _____ Quantas famílias além da sua moram com você? _____ |
| Algumas dessas famílias são também carrinheiros? (Sim ou Não) _____ Quantas: _____ |
| Aponte os principais problemas do bairro: _____ _____ |

Outro formulário aplicado na pesquisa, cuja formatação se difere do anterior, encontra-se em anexo.

Sua casa tem:

| | Sim/não | | Quantos? |
|-----------------|---------|--------------------|----------|
| Filtro de água | | Dormitórios | |
| Fogão | | Banheiros internos | |
| Geladeira | | Banheiros externos | |
| Televisão | | Salas | |
| Aparelho de som | | Outros _____ | |
| Guarda roupa | | | |

O formulário seguinte serve de instrumento para levantamento de dados sobre a sua atividade, seus anseios e necessidades.

1. Há quanto tempo voce é carrinheiro? _____
2. A Carroça que você usa é: Própria / Cedida / da associação / do depósito:
_____ de quem? _____
3. O que você deseja para seus filhos no futuro? _____
4. Sua família participa de alguma atividade comunitária.
Qual? _____
5. Por que você se tornou carrinheiro? _____
6. Voce mudaria de profissão? Não _____ Sim _____
qual? _____
7. Cite 3 problemas enfrentados pelos carrinheiros:
 - 1º _____
 - 2º _____
 - 3º _____

8. Além de carrinheiro você tem outra profissão? _____

9. Quais as vantagens de pertencer à associação dos carrinheiros ? _____

10. Quais as suas sugestões para melhorar a profissão de carrinheiro ? _____

1.4 Análise de dados

De acordo com a necessidade de caracterizar o perfil socioeconômico dos catadores, a análise neste trabalho investiga:

1. Perfil sociodemográfico:

- Faixa etária
- Sexo
- Naturalidade
- Estado civil
- Número de filhos

2. Perfil social

- Participação em programas sociais
- Tipos de lazer
- Necessidades do bairro
- Co-habitação
- Número de cômodos
- Utilização em comum de materiais domésticos
- Tempo de permanência na moradia

3. Perfil econômico

- ✓ Fonte de renda
- ✓ Renda
- ✓ Trabalho
- ✓ Renda média *per capita*
- ✓ Cursos de interesse

1.5 Confiabilidade e validade

A credibilidade desta pesquisa é conferida pela análise dos dados apresentados, bem como pela o rigoroso critério metodológico alicerçado por observação participante o que garante uma boa compreensão da fala dos entrevistados.

1.6 Orientação teórica no processo

De acordo com Godoy (1995, p. 27):

A pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

O próximo capítulo trata da inserção dos catadores no mercado produtivo e o histórico do processo.

Capítulo 2

Histórico das cooperativas e a reciclagem

O homem se situa em um contexto social e, por conseguinte, estabelece relações com determinado modo de produção e em um momento histórico. A situação do trabalhador catador de material reciclável, sujeito da presente pesquisa, possui raízes históricas na formação da sociedade brasileira, das suas múltiplas determinações, bem como das relações de produção em seu processo histórico.

2.1 Exclusão e a economia informal

Convém uma breve análise da sociedade brasileira, para entender a transição de um sistema feudal para a economia capitalista. Não se pode ignorar a nossa história de dependência da sociedade européia. Sob o domínio de Portugal, durante três séculos, o Brasil foi submetido a diversas formas de cerceamento e de exploração, sustentando a riqueza daquele país e garantindo as relações políticas com outros países, principalmente com a Inglaterra.

Mesmo livre da condição de colônia, no início do século XIX, o Brasil passou por um período monárquico, reproduzindo as relações imperiais e senhoriais, até ao final do século, quando então, com a Proclamação da República, acenou-se para relações políticas e sociais diferenciadas. Foi neste período que se deu à implantação do capitalismo no país.

No início do século XX, registra-se o processo migratório, dando um novo perfil aos centros urbanos e a demanda da acumulação capitalista na etapa de intensificação da fase industrial. Isso provocou a ocupação dos trabalhadores pauperizados em espaços geográficos com pouca ou nenhuma estrutura, formando verdadeiros “bolsões de pobreza”. Suas carências revelam o nível de exclusão social a que foram submetidos, o salário insuficiente ou o desemprego, e

levam-nos à busca de estratégias para conseguir o mínimo necessário para a reprodução social.

Os trabalhadores foram inseridos em atividades no mercado informal, conhecido como subempregos. Quanto ao Estado, os capitalistas delegaram-no a função de amenizar e as distorções econômicas e sociais, produzidas pelo sistema, além de garantir a reprodução social dos trabalhadores, quando por si sós não conseguiram provê-la.

A economia informal tem-se expandido nos centros urbanos e constitui-se na

produção de mercadorias e serviços à parte do setor capitalista propriamente dito (...) esse conjunto não homogêneo de atividades é não-capitalista no interior do setor capitalista e (...) constitui a fronteira para a transformação em novas atividades capitalistas. (Oliveira, 1987, p.85)

A característica fundamental desse tipo de economia é a inexistência de estrutura formal nas atividades. Seu regulamento é a moeda e não o capital. Destituídos do meio de produção, os trabalhadores se comportam como se fossem autônomos, e pela análise de Oliveira (1987),

sua força de trabalho não é uma mercadoria: não apenas a ilusão de autonomia ganha aqui foros do real, mas o fato mais importante é que o tempo de trabalho necessário, este não é socialmente determinado, não existe um valor pré-inscrito nos serviços do setor informal. Apesar de haver uma submissão real ao capitalismo essa não é real. (p.92)

Para Kowarick (1977), os trabalhadores, que se inserem no mercado informal de trabalho, não exercem mais a função de reserva, pois o nível de avanço da tecnologia da sociedade capitalista, principalmente no processo de industrialização, demanda mão-de-obra qualificada.

Os trabalhadores despreparados se tornam excedentes, ocupando atividades marginais que pelas *condições técnicas e sociais de produção configuram uma modalidade de trabalho que dificilmente poderia ser definida como plenamente capitalista*. (Kowarick: 1977, p.89)

Prado (1991) analisa a economia informal como sendo uma economia à margem da oficial, fugindo ao controle das estatísticas, tributos e fiscalização, chegando à definição que economia informal

é o conjunto das atividades econômicas que o estado de necessidade social ou a busca de lucros ilícitos leva a que sejam realizadas informalmente, de modo que não são detectadas, nem medidas, nem consideradas nas contas nacionais. (p. 58)

A história revela o momento em que os trabalhadores saíram da condição de reprodução de práticas individuais, no modo de produção do capital, para assumirem uma posição de trabalhadores coletivos. A transformação de sujeitos individuais para sujeitos coletivos foi um processo decorrente dos mecanismos de dominação e espoliação impostos pelos donos do capital.

Os trabalhadores alcançaram a identidade de classe quando, de forma organizada, passaram a existir para a burguesia, como se refere Oliveira (1997, p.82) *é a representação das classes que está em jogo.*

As políticas sociais têm sido úteis para desmobilizar as camadas sociais, nas suas tentativas de organização popular, pois o Estado não tem interesse que se fortaleçam e impedirá as formas organizativas que venham a afetar a política econômica e o poder constituído.

Na verdade, os trabalhadores da economia informal têm a sua participação no sistema comprometida: primeiro, porque não existem de fato para a outra classe e mesmo para o Estado, pois sua atividade não é reconhecida por lei; segundo, sua remuneração decorrente da atividade não é suficiente para se reproduzir. A reprodução e a representação estão afetadas: *é a própria posição que ocupam na estrutura econômica e social e a natureza do processo de desenvolvimento que condicionam e limitam as manifestações sociais, culturais e políticas das classes populares.* (Lima, 1990, p.37)

Para o enfrentamento da não participação cabe buscar formas de participação, o que para muitos autores como Freire, Demo, Chauí e outros reforçam a importância da educação como ponto de partida para viabilizar processos participativos que dependam de informação, motivação e organização e que levem à consciência crítica da realidade vivida. Assim, uma vez que a

desinformação dificulta o avanço da população na conquista de processos participativos e reforça a alienação, considerada a antítese da consciência crítica, o enfrentamento dessa situação de não participação só será viável através dos canais educativos formais e não-formais.

A participação, no entanto, não pode ser considerada acabada ao se conquistar o que se reivindica. Em outras palavras, conforme Demo (1988, p.18), a participação *é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada.*

No que se concerne às formas de organização popular, convém chamar a atenção para a representação desta na sociedade e como isso se viabiliza ao tornar-se formal, ou melhor, a institucionalização é forma de reconhecimento de representação, perante o Estado e a sociedade civil. Ela deve ter como metas a autopromoção e a auto-sustentação, uma vez que

através da auto-sustentação econômica, a associação chega naturalmente a colocar outras necessidades comunitárias, todas importantes, embora possam não representar algo de premência imediata, como é a sobrevivência natural. À medida que a cidadania emerge, surge a reivindicação justa e legítima em torno de direitos. (Demo, 1988, p.149)

Entendemos que a cooperativa pode significar uma possibilidade de construção ou uma reconstrução da cidadania e autonomia da população excluída. Também utilizamos o conceito de cidadania em construção. Esta tem como pressuposto, que para haver uma cidadania ativa, existe uma necessidade de resolução do problema da auto-estima.

Por meio de uma mudança nos sentimentos, possibilitando a mudança de valores que podem assegurar um espaço de cidadania.

2.2 Importância dos catadores no processo de reciclagem

Em 2000, uma pesquisa do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF: 2000) mostrou que os catadores de lixo estão presentes em 3.800 municípios brasileiros. Atuando ao lado dos serviços municipais, esse exército de

trabalhadores informais desvia, para um circuito econômico complexo, entre 10% e 20% dos resíduos urbanos, que passam por intermediários e terminam nas empresas de reciclagem de plástico, vidro, papel, alumínio e ferro.

Estima-se que os catadores sejam responsáveis por 90% dos materiais que alimentam as indústrias de reciclagem de alumínio no Brasil, fazendo do país um dos campeões mundiais dessa reciclagem. A reciclagem de materiais, que em outros países – como o Japão – é associada à modernidade, no Brasil é baseada na exploração da miséria de parte da população.

O simples trabalho dessas pessoas, que é devolver ao ciclo produtivo aquele material reciclável que um dia foi considerado lixo, economiza recursos naturais e energéticos. As experiências têm demonstrado que os catadores têm se viabilizado profissionalmente, quando organizados em associações e cooperativas, apoiados pelas municipalidades. De acordo com (Abreu, 2002, p. 13), *esses trabalhadores são, ao mesmo tempo, geradores de bens e de serviços. Ajudam a diminuir a quantidade de lixo nos aterros ou nos lixões e impulsionam o setor econômico de reciclagem.*

Os catadores de materiais recicláveis descartados pelo mundo do trabalho, vivendo no limite de sua própria existência, criaram o que até então não existia: uma forma de tratar as sobras produzidas pela sociedade de consumo, transformando o que era considerado lixo em instrumento de defesa de suas próprias vidas.

Silenciosamente, nas ruas e lixões, eles garimpam plásticos, papéis, metais e vidros e assim impedem que o ecossistema das cidades se transforme em uma sobreposição de camadas de lixo. Eles participam de um mercado, o da reciclagem.

Os catadores de materiais recicláveis prestam um serviço relevante ao Estado e à sociedade. Promovem uma economia de gastos públicos com infraestrutura, equipamentos, manutenção e mão-de-obra relativos à limpeza urbana e, dessa forma, evitam que toneladas de materiais recicláveis sejam enterradas nos aterros sanitários, já com vida útil comprometida.

Ainda hoje não damos a devida importância às questões relativas ao saneamento ambiental em especial à coleta e destinação adequada dos resíduos. A carência de infra-estrutura sanitária tem permitido recrudescer doenças até bem pouco tempo consideradas sob controle como a cólera e a dengue, provocando inclusive nas grandes capitais vítimas fatais.

A doença, no entanto, não tem sido o maior problema. O descarte aleatório dos resíduos em nascentes, córregos, margens de rios e estradas, além de provocar problemas ambientais graves, e poluir as águas, que muitas vezes são captadas para o consumo humano, atrai para esses locais um exército de desempregados e famintos, que sobrevivem à custa da cata de resíduos para sua alimentação e para comercialização.

O problema da coleta de lixo por seres humanos é regra geral de norte a sul do país, tanto em cidades de pequeno porte no interior do país, como nas grandes capitais. É uma situação constrangedora e inaceitável, fruto da miséria, do desemprego e da busca desesperada pela sobrevivência.

Em alguns lugares, os catadores já se encontram em sua terceira geração, isto é, nasceram, cresceram e criam seus filhos vivendo dessa atividade. Como percebemos, a presença de crianças e adolescentes é bastante significativa.

Essa realidade provoca o aumento dos índices de abandono da escola, gravidez na adolescência, uso abusivo de drogas, entre outros problemas. Até mesmo em algumas cidades onde a disposição final de lixo oficial se faz através de aterros sanitários ou controlados sem a presença de catadores, existem lixões clandestinos, formados pela deposição irregular de lixo comercial, residencial, onde as famílias catadoras garimpam matérias para sobrevivência.

Até mesmo em algumas cidades onde a disposição final de lixo oficial se faz através de aterros sanitários há a presença de catadores, o mesmo se dá nas ruas, onde alguns catadores revolvem os sacos de lixo expostos para a coleta ou nas portas das lojas, revirando os “coletores” à procura dos produtos descartáveis.

As associações de catadores de material reciclável surgem para organizar estes trabalhadores informais e marginalizados, contribuindo para a construção da cidadania ativa.

A reciclagem no Brasil apresenta um quadro crescente e, contrariamente à onda de desemprego, apresenta-se como um mercado promissor. No entanto, ela deve ser cuidadosamente planejada para não gerar falsas expectativas e frustrações, de acordo com a realidade de mercado de cada localidade e, sobretudo, deve ser tratada procurando-se a formalização de parcerias com os catadores, que deverão ser capacitados e trabalhar dentro de todas as regras de segurança pessoal e coletiva.

O trabalho somente será eficiente se realizado de forma abrangente, atuando na mobilização das pessoas, na qualificação dos diversos atores a serem envolvidos, na viabilização de recursos financeiros, na aplicação da melhor tecnologia para cada realidade e na geração de renda para as famílias de catadores.

Entendemos que o processo de inclusão passa por uma sociedade mais solidária, que, por meio da mobilização dos atores sociais, será capaz de equacionar e solucionar os problemas comuns a partir de um novo pacto social entre a sociedade e o Estado, ao tratar da questão da educação permanente para o trabalho e a vida. A prioridade de educar se reveste da formação do indivíduo que torna possível aproveitar melhor as suas potencialidades. Esse processo levará a formação de cidadãos capacitados, cuja formação será necessária para atingir desenvolvimento sustentável e melhorar a sua qualidade de vida. Apesar das atividades econômicas geradoras do trabalho terem o seu perfil alterado devido à modernidade, o impacto tecnológico e a dinâmica dos sistemas de informação, o Brasil apresenta um quadro caótico na área educacional, sendo o principal responsável por parte da pobreza do país.

Assim sendo, torna-se necessário definir desenvolvimento humano e sustentabilidade. Por desenvolvimento, entendemos que:

Desenvolvimento humano pode ser definido como um processo abrangente da expansão do exercício do direito das escolhas individuais em diversas áreas: econômica, política, social ou cultural. (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1998, p.35)

Quanto à sustentabilidade, é definida como

a expansão das escolhas e das oportunidades da geração presente, mas sem desconsiderar aquelas das gerações futuras. A equidade entre gerações está no centro do desenvolvimento sustentável. (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 1998, p.37)

Na junção dos dois conceitos, destacamos a definição de desenvolvimento sustentável:

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as próprias necessidades. (Comissão Mundial Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991, p.46)

A sustentabilidade que defendemos refere-se ao próprio sentido do que somos, de onde viemos e para onde vamos, como seres do sentido e doadores de sentido de tudo o que nos cerca. Para nós é mais do que um qualitativo do desenvolvimento. Vai além da preservação dos recursos naturais e da viabilidade de um desenvolvimento sem agressão ao meio ambiente. Ele implica um equilíbrio do ser humano consigo mesmo e com o plante, mais ainda, com o universo. (Gadotti, 2002, p. 1)

Seguindo a lógica do desenvolvimento sustentável, devemos salientar a importância de uma ambiente de coesão social e comprometimento baseado em redes de cooperação como pré-condição para o sucesso das regiões. Fica ressaltado aqui o papel fundamental das instituições e de suas políticas, bem como a importância de todo o ambiente sócio-cultural no qual se inserem os agentes econômicos e os atores sociais.

Storper (1994), citado por Teodósio (2002, p.40), defende a relevância das regiões na superação do que chama de crise de desenvolvimento capitalista. Comparativamente, se a nova sociedade local/global se organiza em rede, compartilha informações, é flexível e exerce relações horizontais, o velho Estado está assentado na hierarquia, na verticalidade e seus agentes públicos fazem do segredo, da burocracia, do obstáculo à comunicação e aprisionamento da informação a condição do exercício do poder. (Storper apud Teodósio, 2002, p. 40)

O desenvolvimento econômico e sustentável baseado em ações de âmbito regional demanda, por conseguinte, um novo tipo de relacionamento com o setor privado e a incorporação de atores sociais tradicionalmente excluídos da participação social mais ampla. Nessa perspectiva, Cassiolato e Lastres (2002) contextualizam governança como o estabelecimento de práticas democráticas, nas quais os atores sociais aparecem com mais destaque, principalmente o Poder Público, as Empresas Privadas, os Trabalhadores e as Organizações Não Governamentais (ONGs).

Alves (2001, p.81) embora não concorde inteiramente com tal noção de governança, acrescenta que, ao participarem do processo produtivo, os atores estariam agregando valor social, isto é, trazendo contribuição *para o desenvolvimento sustentado da economia em longo prazo*. Ashley (2002), por sua vez, acrescenta que o processo de globalização, com o decorrente aumento da competitividade, bem como o aprofundamento das disparidades econômicas e sociais, levou a sociedade a se organizar à busca de um desenvolvimento sustentável, o qual abrangesse aspectos econômicos, sociais e ambientais. As organizações passam, portanto, a se deparar com a necessidade de investir em novos processos de gestão que lhe permitam uma maior competitividade e adotam a responsabilidade social como uma nova estratégia para potencializar lucro e crescimento.

A reciclagem é um dos setores econômicos que mais cresce no mundo. Em 2002 movimentou cerca de R\$ 3 bilhões no país. O potencial econômico da atividade de coleta, triagem, pré-beneficiamento e beneficiamento dos recicláveis e algumas experiências existentes têm demonstrado que catadores se viabilizam profissionalmente quando capacitados e organizados em associações e cooperativas. Esses trabalhadores se mostram geradores de bens e serviços, o que impulsiona o setor econômico e contribui para a sustentabilidade ambiental.

O projeto competente contempla sustentabilidade, uso consciente dos recursos provindos da ação de fomento e ações que propiciem o correto equacionamento dos problemas ambientais e que venham validar a instauração

de um processo para o despertar de uma nova consciência e de uma nova postura ética em cada cidadão.

Nesse sentido, a sociedade está preocupada em aprimorar trabalhos nessa área e estão cada vez mais estruturadas para assumir sua responsabilidade social de maneira mais estratégica. A relação entre empresas, sociedade e o Terceiro Setor está se tornando próxima e, às vezes, causa certa confusão. Isso ocorre, porque as empresas mais estruturadas para atuar na área social têm procurado criar seus institutos e fundações, que passam a se dedicar de maneira mais específica às questões sociais, assumindo, com maior visibilidade e, em geral, com maior comprometimento, sua responsabilidade social, enquanto a sociedade abre as portas e os caminhos para as cooperativas.

Assim, está cada vez mais participativa a atuação social da sociedade junto ao Terceiro Setor, a ponto de considerarmos que ambos, apesar de suas diferenças, devem ser tratados como organizações que passaram a representar o público não-estatal.

Destacamos que fortalecer a associação é mais do que criar mecanismos de capacitação é educar para o exercício da cidadania. Os catadores de papel de modo geral são trabalhadores carregados de desesperança e lembrando Morin (1995)

as únicas resistências estão nas forças de cooperação, comunicação, compreensão, amizade, comunidade e amor, com a condição que sejam acompanhadas de perspicácia e inteligência, cuja ausência pode favorecer as forças de crueldade. (p. 272)

Para a superação, os catadores precisam adquirir confiança em si próprios e na sociedade que os marginaliza, bem como a participação imprescindível de agentes externos motivadores.

As discussões acerca do futuro se voltam para um ambiente sustentável e para o tema inclusão-exclusão social. Para tanto, se torna necessária a aglutinação das forças, compostas pelas diversas secretarias das municipalidades, em parceria com outros níveis de governo (estaduais e federal),

com a participação de ONG's, universidades, grupos religiosos e da própria sociedade civil organizada e voluntários.

No capítulo seguinte, trataremos especificamente da formação de uma cooperativa de Catadores de Material Reciclável de Santos.

Capítulo 3

Formação da Cooperativa de Catadores de Material Reciclável de Santos

A implementação de um projeto social com fins econômicos demanda esforço, união e tempo. Consta historicamente que, desde a década de 1950, do século XX, a municipalidade e a sociedade civil passaram a procurar soluções para o lixo e seu destino. A partir de 2005, a Cooperativa de catadores de Material Reciclável se tornou viável perante a parceria público-privada.

3.1 Movimentos precursores de trabalho cooperativo em Santos

O município de Santos, como qualquer centro urbano, sofre grandes alterações, em decorrência do processo de desenvolvimento das últimas cinco décadas: processo de industrialização e concentração da população, repercutindo na acentuação do consumo e diminuição das áreas para destinação final dos resíduos.

Na década de 1950, já existia uma preocupação com a questão do lixo, pois o Município de Santos vivia um momento caótico. O lixão se localizava no Bairro Chico de Paula, na entrada da cidade, recebia todos os tipos de resíduos, excetuando-se os da atividade portuária, e apresentava problemas ao meio ambiente e aos seres humanos. Alguns catadores *in loco*, inclusive crianças, retiravam a sua subsistência do lixo, e com isso, o alto índice de problemas de saúde preocupava as autoridades.

Na época, conforme o Jornal *A Tribuna de Santos* (12/03/1954), a população estimada era de 200 mil habitantes, com uma produção de 200 toneladas de lixo ao dia.

Algumas alternativas técnicas para o tratamento do lixo foram estudadas, chegando-se à Usina de Industrialização do Lixo, possibilitando a produção de adubo, energia, massa asfáltica e reciclagem de metais. Apesar dos esforços da administração municipal, tal proposta não foi aceita pela Câmara dos Vereadores, sob a alegação de dúvidas quanto ao custo real da empreitada.

No fim da década de 1960, novos estudos foram feitos, e uma proposta que consistia em três processos: triagem do material reciclável, incineração e aterro sanitário. O estudo indicava a composição física do lixo domiciliar, considerando cerca de 30% o material selecionável (Prodesan, 1967). Novamente a proposta não foi adiante, transferindo-se o lixão do Chico de Paula para a Alemoa, em 1972, onde se localizou até há poucos dias¹.

O estudo acenava para a proibição dos catadores do lixão, considerados um dos motivos para adotar outra solução para destinação final do lixo, referindo-se a estes trabalhadores como *ajuntamento de desocupados revolvendo o lixo à procura de detritos aproveitáveis*. (Prodesan, 1967, p.30)

No início da década de 1980, do século XX, a CETESB apresentou um projeto com uma solução integrada para a região. Tratava-se de um aterro sanitário com produção do gás metano a ser aproveitado pela COSIPA. Porém, o projeto tornou-se inviável pelo alto custo econômico e divergências políticas dos administradores municipais.

Na década de 1990, a população santista produziu cerca de 300 toneladas de lixo por dia, cujos resíduos eram levados ao aterro controlado, em atividade desde 1972, mas se encontrava saturado desde 1985.

¹ A transferência de local do lixão teve como causa os danos ambientais e a saúde pública, agravada pelo fato do antigo lixão localizar-se na estrada, recepcionando os visitantes com a vista e o odor do lixão.



Fonte: Associação dos Catadores - 2005

Reunião dos carrinheiros, chamados atualmente de catadores.

Desde a instalação do aterro sanitário, os catadores de Material Reciclável são proibidos de entrar nesse local, mesmo assim, após às 17 horas, quando não existe mais a vigilância do lixão, invadem a área para realizar a coleta de material reciclável, da qual dependem para a sua sobrevivência.

A administração municipal deu início, na década de 90, à coleta de lixo séptico, incinerando-o. Antes disso, o destino desse tipo de lixo era o mesmo do lixo comum. A partir da década de 1990, também se estruturou a coleta seletiva do lixo por município.

Isso se deu, pois a área de destinação do lixo se encontrava saturada e era preciso encontrar formas alternativas para a redução de resíduos sólidos no aterro. Ciente de que cerca de, aproximadamente, 30% dos materiais remetidos ao aterro poderiam ser reciclados, o município decidiu implantar a separação prévia pela população do material reciclável e a coleta diferenciada com caminhões e horários próprios.

O Lixo Limpo, como foi denominado o projeto de coleta seletiva na cidade, é levado para a usina de separação do lixo, onde existe um grupo de trabalhadores que processa a separação por tipo de material. Esta atividade garante um dos aspectos sociais do programa: a inclusão de trabalhadores segregados pela sociedade, provenientes do programa de saúde mental, desempregados, alguns sem moradia, sem documentação, os quais executam a separação, durante vinte horas semanais, pelo qual recebem um salário mínimo, sob a supervisão da municipalidade.

Por outro lado, enfrentando problemas sociais, encontram-se os catadores de Material Reciclável que realizam a sua atividade pela cidade, conhecidos como carrinheiros. Conforme a pesquisa a ser apresentada no próximo capítulo, há carrinheiros de até 25 anos na profissão.

Os catadores de Material Reciclável, antigos carrinheiros, encontraram nessa atividade uma oportunidade de reintegrar-se à sociedade. No entanto, trabalhando sem planejamento, sem apoio institucional, não encontram possibilidades de desenvolver a auto-estima.

Ainda hoje, os catadores de Material Reciclável são vistos com desprezo pela sociedade que tem em mente o estereótipo de pessoas marginais, que não gostam de trabalhar, viciados em álcool e/ou em drogas ilícitas.

O censo dos catadores de Material Reciclável, no centro de Santos, local onde vive a maioria dos integrantes da Associação de Catadores de Material Reciclável, dá-nos a contextualização para que seja iniciado um processo de desenvolvimento sustentável, qual seja, a constituição de uma cooperativa.

Na prática, a constituição da cooperativa foi idealizada nos anos 90, mas não foi possível sair da intenção. Segundo nossa verificação, a Associação não é o instrumento adequado para desempenhar papéis relacionados à geração de renda, e os seus Associados não haviam desenvolvido o gérmen da cooperação e da solidariedade, condições responsáveis para a realização dos trabalhos cooperativos.

Fazia parte dos objetivos da sociedade, na época de sua fundação, o *apoio e defesa dos interesses dos Carrinheiros, hoje catadores de Material Reciclável,*

favorecer a união e a organização dos mesmos; representar perante as autoridades administrativas e jurídicas da categoria; ser entidade de encaminhamento das reivindicações de interesse da categoria. (Estatuto Social, 1990))

Então, a Associação, nos primeiros anos de existência, procurou gerenciar um projeto, que possuía características para a formação de cooperativa. No entanto, embora tenha sido financiada, inclusive por parcerias privadas com recursos vindos do exterior, não conseguiu gerenciar as pessoas e os recursos financeiros com êxito; por conseguinte, alguns levantamentos históricos apontam que, com o passar dos anos, os recursos foram se reduzindo até a sua extinção.

Não temos registros da Associação, no período de 1994 a 2000, devido à incapacidade de gerenciamento nessa época e, por isso, há um vazio que não nos permite pesquisar a gestão econômica e financeira do período. Alguns documentos, encontrados em um compartimento do depósito de materiais, não passam de um amontoado de papéis, misturados ao lixo.

Quanto ao depósito de materiais, onde alguns associados insistem em trabalhar sem qualquer tipo de organização e segurança, consiste em um imóvel cedido pela Prefeitura, que sediou a Associação desde a formação da mesma. A partir de 2000, a Associação não possuía mais o direito de uso e permanência, naquele local, devido à expiração do prazo de comodato do referido imóvel. Em 2000, quando iniciamos o trabalho de recuperação da Associação, estávamos diante da alternativa de solicitar a renovação do comodato ou estabelecer a sede da Associação, em novo local. Nesse sentido, ainda tentamos junto às autoridades municipais recuperar o comodato fato que nos foi negado e, a partir daí sabíamos que era questão de tempo sediarmos a Associação em outro espaço.

Em 2003, resolvemos buscar alternativas para consolidar a independência da Associação, no que diz respeito a um novo modelo de atuação. Então propomos uma nova Associação, com novo nome, com novos propósitos e novo endereço. Para o resgate das funções da Associação, foram realizadas sucessivas reuniões com os associados que se mostraram dispostos a rever as

suas intenções, que, certamente, produziriam efeitos positivos sobre a auto-estima e a melhoria na qualidade de vida dos associados.

A nova gestão da Associação passou a perseguir esse Ideal, promovendo atividades sociais, educacionais, esportivas e culturais. Com um novo endereço, com diretoria constituída e com novos propostos, a Associação trabalha na gestão da cooperativa que se forja sob o impacto do trabalho de reconstrução da cidadania dos associados e seus dependentes.

O trabalho está sendo implementado na prática, pela aplicação do projeto, Reciclando Vidas, que possui nos seus alicerces a melhoria da qualidade de vida da família do catador, como mecanismo indispensável para a busca da auto-sustentabilidade, como podemos verificar na justificativa do projeto:

A Associação localiza-se numa das regiões mais carentes e violentas da cidade, uma vez que é alto o índice de droga e prostituição como meio de sobrevivência e é grande a promiscuidade inerente a essas condições, o que acarreta um grande adensamento de doenças geradas pela falta de higiene e cuidados básicos de limpeza. Consideramos que a reestruturação familiar está na base da redução do impacto dos problemas oriundos da exclusão. Daí porque a preocupação de ir ao encontro dessas famílias com alternativas sólidas e eficazes para fazer frente a toda essa carga negativa que cada uma traz consigo e fazê-las despertar, desenvolver suas potencialidades e acreditar numa vida digna, saudável e feliz.

Assim visto, o diagnóstico, o acompanhamento e o tratamento adequado vão proporcionar, aos seus membros da Associação, melhores condições de trabalho e convivência social.

Por ser um trabalho voltado ao resgate da condição de cidadão, a proposta tem dois eixos que norteiam as atividades: a educação, como ação exercida para as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social e as atividades grupais que trabalham a diferenciação social e lhes permitem atenção junto às outras políticas sociais.

O projeto de intervenção fomenta a melhoria da qualidade de vida da comunidade, atendida pela Associação, e propõe o resgate da cidadania, bem como cria uma nova identidade da comunidade, no que se refere à dignidade da família.

3.2 Projeto e gestão da Associação dos Catadores de Material Reciclável de Santos

O projeto para a viabilização da Associação de Catadores de Material Reciclável de Santos visou às pessoas que não estão inseridas no mercado formal de trabalho e cuja estrutura familiar é afetada na atenção às suas necessidades básicas, entre elas, moradia, alimentação, saúde, educação. De forma geral, visou ao rompimento do círculo vicioso que gera estagnação no desenvolvimento das famílias, ao propor ações que estimulem a busca de alternativas de geração de renda e capacitação para realização de suas atividades.

O alvo do projeto foi o desenvolvimento de atividades que amenizassem as dificuldades oriundas da baixa escolaridade de pais e filhos, da falta de planejamento familiar, dependência de álcool e drogas, baixa qualidade de moradia, gravidez precoce, déficit alimentar, entre outras. Para tanto, foram propostas as seguintes intervenções: o atendimento técnico para avaliação das famílias associadas; o estabelecimento de parcerias com equipamentos para atendam as necessidades das famílias; a inserção na rede escolar das crianças, a alfabetização e capacitação dos adultos; a busca de condições para defesa dos interesses dos catadores, atuando junto aos gestores de políticas públicas; a criação de programas socioeducativos que atinjam crianças e adultos; o estímulo nos componentes das famílias para a busca de alternativas de geração de renda; o incentivo A proposta de trabalho respeita a realidade cotidiana das famílias, buscando o desenvolvimento de seu potencial, para que sejam capazes de se afirmarem, enquanto sujeitos de sua própria história. As ações são desenvolvidas, por meio de reuniões mensais, com grupos de 10 famílias cada, durante as quais os temas abordados contribuem para a reflexão, a promoção, a inserção e reinserção social das mesmas. De forma geral, a meta é atender as 35 famílias dos catadores associados. (Associação de Catadores de Santos - 2005)

As atividades em grupo têm como alvo o processo de socialização e apropriação de conhecimentos, através de dinâmicas interativas, favorecendo o

trabalho de conceitos fundamentais para uma vida em sociedade. A família é compreendida como elemento participativo crítico no programa de atendimento, ou seja, com efetiva apropriação por parte da família na elaboração de ações, às vezes adversas ou pouco conhecidas.

Com a possibilidade da implementação dos trabalhos, um atendimento profissional qualificado de uma assistente social garante os preceitos das legislações vigentes. Uma avaliação social serve para traçar um Plano de Atendimento Personalizado a cada família atendida, que passa a possuir um prontuário com diagnóstico inicial dos Catadores, com anotações de acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos.

As famílias atendidas pela Associação fazem parte de grupos que se reúnem em encontros semanais. Durante os encontros, os monitores ensinam o ofício e trocam experiências, propiciando discussões sobre a situação dos catadores de Material Reciclável e levando todos a questionar e opinar.

O quadro abaixo representa as ações propostas pela Associação, as quais servem também de tópico de discussão e questionamentos, durante uma reunião:

Quadro 1 – Ações da Associação

| ações / atividades | nº de participantes na atividade |
|--|----------------------------------|
| Cestas Básicas avaliação de necessidades | 30 |
| Encaminhamentos | 90 |
| Acompanhamento | 90 |
| Apoio Social – Visita domiciliar | 30 |
| Dinâmica de Grupo: | - |
| - Mães | 30 |
| - Adolescentes | 10 |
| Reuniões com a comunidade: | - |
| - Assembléia com catadores | 20 |
| - Assembléia com as famílias | 60 |

Fonte: Associação dos Catadores - 2005

Este quadro apresenta um recurso qualitativo, que permite a verificação da participação das famílias associadas às reuniões; da inserção em atividades culturais, esportivas e em cursos profissionalizantes; da auto-avaliação, bem como da melhoria da comunicação inter-pessoal, da sociabilidade e do envolvimento dos parceiros; dos projetos comunitários desenvolvidos, das atitudes de valorização da

vida comunitária e do envolvimento nos diversos canais de participação existentes (conselhos, seminários, fóruns).

O projeto para a viabilização da Associação dos Catadores considerou o orçamento, os recursos humanos e as parcerias. Quanto às parcerias, o projeto envolve instituições não governamentais e instituições governamentais, como a da Saúde e da Educação.

O orçamento do projeto envolve recursos humanos como mostra o quadro a seguir:

Quadro 2 – Recursos humanos

| Quantificar | Formação | Função que exercerá | Horário de trabalho/dia | Valor salarial | Voluntário ou cedido (V) ou (C) | Estado |
|-------------|----------|---------------------|-------------------------|----------------|---------------------------------|------------|
| | | | | | | |
| 01 | Superior | Assistent e Social | 06 horas | 1.000,00 | | 16.750,00* |
| | | | | | | |
| Total | | | | | | 16.750,00 |

Fonte: Associação dos Catadores - 2005

* Foram considerados para efeito de cálculo 67,5 % de encargos sociais.

Para desenvolver as ações previstas no quadro 1, a Associação conta com recursos humanos contratados, bem como com um grupo de voluntários.

A Associação, para gerenciar o projeto, despense de recursos necessários tais como materiais de consumo, desde a manutenção da própria associação até ferramentas para as oficinas, oferecidas à família dos catadores. O quadro 3 estima os custos dos materiais:

Quadro 3 – Material de consumo

| Natureza de despesa | Valor Total | Município | |
|--|-------------|-----------|--|
| | | | |
| Pedagógicos | | | |
| Escritório | 600,00 | 600,00 | |
| Material escolar | 400,00 | 400,00 | |
| Higiene pessoal | 100,00 | 100,00 | |
| Alimentação | 600,00 | 600,00 | |
| Água ** | | | |
| Limpeza | 360,00 | 360,00 | |
| Energia elétrica** | | | |
| Telefone | | | |
| Material para oficinas e práticas esportivas * | 3.000,00 | 3.000,00 | |
| Materiais e medicamentos | 600,00 | 600,00 | |
| Totais | 5.660,00 | 5.660,00 | |

Fonte: Associação dos Catadores - 2005

* Oficina de padaria artesanal, culinária alternativa, artesanato, entre outras oficinas e modalidades esportivas.

** Despesas por conta da Associação

Os serviços prestados à Associação envolvem o trabalho terceirizado, cujo custo é mostrado no quadro seguinte:

Quadro 4 – Serviços de terceiros

| Tipo de despesa | Valor Total | Município | | |
|----------------------------|-------------|-----------|----------|----------|
| | | Município | Estado | Entidade |
| Capacitação Profissional | | | | |
| Cestas de alimentos | 6.000,00 | 6.000,00 | | |
| Vale-transporte | 1.540,00 | 1.540,00 | | |
| Instrutores (oficinas) | 4.800,00 | 4.800,00 | | |
| Auxiliares Administrativos | 6.000,00 | | 5.692,00 | 308,00 |
| Totais | 18.340,00 | 12.340,00 | 5.692,00 | 308,00 |

Fonte: Associação dos Catadores - 2005

São contratados pela Associação Instrutores que aplicam as oficinas e os trabalhos administrativos pertinentes à organização e gestão da Associação.

O projeto permitiu a reestruturação da Associação, através do financiamento público compartilhado entre estado e município, destacando-se o investimento centrado nas famílias, objetivando preparar os associados para recuperar a auto-estima e cidadania, fatores sensíveis na construção do modelo cooperativo.



Fonte: Associação dos Catadores - 2005
Filhos de catadores – Oficina Capoeira Escola

Os indicadores dos quadros contribuem para a interpretação quantitativa e qualitativa, entendendo que o próprio processo poderá apontar para outros aspectos relevantes de monitoramento e avaliação, como ações eficientes e necessárias, apresentadas no projeto para a manutenção e a contínua auto-gestão da Associação, em todas as fases.

Afinal, a Associação funciona voltada para uma preocupação social. Assim, manutenção e a avaliação do projeto voltam também, por exemplo, para a manifestação da consciência crítica na observação da realidade; aquisição de mecanismos de conhecimento e intervenção sobre a realidade; a alteração qualitativa nas relações interpessoais e comunitárias; produção cultural; o aumento da auto-estima das famílias.

3.3 A formação da Cooperativa de Catadores de Material Reciclável

Após sucessivas assembléias, realizadas no biênio 2004/2005, foi possível a criação das bases da Cooperativa dos Catadores de Material Reciclável de Santos. Essa formação foi motivada pela parceria pública-privada e contou com o apoio da Associação, a qual, por sua vez, contou com financiamento público, estabelecendo, por fim, os princípios comuns para o desenvolvimento do projeto cooperativo.

O modelo de gestão empregado na parceria privada foi incorporado pela Cooperativa com o apoio da Associação e em meados deste ano contou com a adesão da Prefeitura, que, mediante a assinatura do protocolo de intenções, responsabilizou-se pela educação ambiental nas Estações de Reciclagem, de forma a orientar a coleta seletiva do material, bem como o seu armazenamento, possibilitando a expansão da Rede Coletora de Materiais e o conseqüente impacto positivo nos resultados econômicos da cooperativa, beneficiando novos cooperados.

A formação da rede implica identificar os fatores para uma gestão sustentável e evidenciando as potencialidades do modelo cooperativo na dinamização dos negócios da reciclagem, visando à reintegração socioeconômica dos catadores de Material Reciclável.

A Cooperativa consolida a rede coletora de materiais recicláveis ao implantar princípios organizados de coleta e ao gerar condições favoráveis para se obter crescentes quantidades de materiais recicláveis, através de postos de entrega voluntária, participação na coleta seletiva do município e do porto de Santos. Conseqüentemente insere os catadores no mercado formal de trabalho,

através da participação no processo cooperativo, conforme preconiza a CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) do Ministério do Trabalho e Emprego.



Fonte: Associação dos Catadores - 2005
Estação de reciclagem

Em 2002, a maior conquista dos catadores foi o reconhecimento de sua atividade pelo Ministério do Trabalho, que estabeleceu para a categoria, os mesmos direitos e obrigações de um trabalhador autônomo. No entanto, não foi apenas para a luta, por este reconhecimento, que os catadores empenharam esforços este ano.

Para vencer essa luta, os catadores buscam aliados políticos que garantam a sua presença em leis ligadas ao meio ambiente. Uma dessas leis é a Lei Federal nº. 3.369, que torna as empresas responsáveis pelo destino final das embalagens e garrafas plásticas e pelo trabalho dos catadores, nesse processo de destinação.

A Cooperativa mostra aos catadores a importância deles se unirem para trabalhar de forma organizada e os ajuda a estabelecer alguns critérios de trabalho, indicando o melhor preço de venda do material, por exemplo. O próximo quadro explicita a receita mensal dos catadores:

Quadro 7 – Receitas mensais projetadas e distribuição do resultado

| | |
|--|---------------|
| Estimativa das Receitas Produzidas | R\$ 39.250,00 |
| (-) custo do serviço prestado | R\$ 8.450,00 |
| (-) impostos | R\$ 1.000,00 |
| Fundo para contingências | R\$500,00 |
| Capital de giro | R\$5.000,00 |
| Rateio entre os cooperados | R\$24.300,00 |
| Estimativa de 50 cooperados em atividade, cabendo a remuneração bruta em média | R\$486,00 |

As remunerações e a quantidade de cooperados envolvidos na produção depende do critério de rateio e do volume de materiais processados.



Fonte: Associação dos Catadores - 2005
Cooperada trabalhando na estação de reciclagem

O trabalho de reciclagem se legitima como uma atividade profissional igual a qualquer outra e envolve custos nas atividades de separação, coleta e triagem de materiais recicláveis para recuperar matérias-primas, geradas após o ato de

consumir. O processo é complexo com encargos de diferentes formas, como administrativos e bancários.

No próximo capítulo, configuraremos o perfil dos catadores da Cooperativa de Santos.

Capítulo 4

Caracterização dos associados da Cooperativa de Material Reciclável de Santos

Muitos homens, neste final de século, duvidam de que a humanidade possa caminhar para melhor sem recuperação daquilo que a competição vem insistentemente vem abafando: a idéia de coletividade.

Celeste Fragoso Tavares

Os catadores, associados da Associação, hoje cooperados da Cooperativa de Catadores de Material Reciclável de Santos ou de outras associações, atuam há décadas no Brasil, sem legalização trabalhista ou reconhecimento social. Ao contrário, formam um grupo de excluídos, com agravante de sua condição cotidiana, destituída de salubridade, formação educacional e de moradia. As cooperativas simbolizam não só a organização trabalhista e sua legalidade, mas também uma forma de reversão da situação de exclusão social. O perfil dos catadores, especificamente dos da Cooperativa de Material Reciclável de Santos, ajuda a caracterizar a real dimensão socioeconômica e cultural desses trabalhadores e colabora na concretização e manutenção da Cooperativa.

4.1 Catadores de material reciclável: processo de exclusão social e sua reversão

O Município de Santos, devido às suas características litorâneas e à sua proximidade com o pólo industrial de Cubatão e da Grande São Paulo, atrai constantemente pessoas que buscam oportunidade no sistema produtivo de trabalho. No entanto, o mercado formal não absorve grande parte dessa população, restando-lhe o setor informal, no qual os trabalhadores sem qualificação profissional subsistem. A atividade de catador de material reciclável se insere nessa categoria.

A condição dos catadores de Material Reciclável, anteriormente chamados carrinheiros, remete a uma análise do processo de exclusão na sociedade dos trabalhadores e de suas famílias. O processo se dá pela perda das condições de competitividade num mercado excludente do trabalho, desqualificação profissional, baixa escolaridade, bem como por doenças e falta de condições básicas como vestuário, alimentação e moradia. Em consequência, os valores de agregar e de acreditar na sociedade não constituem mais o grupo de trabalhadores.

Todos os dias, em torno de 400 catadores de materiais recicláveis circulam pelas ruas em busca de papel, papelão, latinhas de alumínio, plásticos de todo tipo, garrafas PET, garrafas de vidro e sucata em geral, como ferro, aço e cobre, cujo destino são os depósitos. Na cidade de Santos, existem em torno de 70 depósitos, os ferros-velhos, e menos da metade é regularizada, sendo o restante, portanto, clandestino ou irregular junto à Prefeitura e à Junta Comercial. Esse trabalho dos catadores é importante para a preservação do meio ambiente ao reduzir o número de resíduos sólidos em aterro sanitário, além de contribuir com a indústria na economia de produção dos bens. Todavia, a opção de ser catador é sempre a última, quando as esperanças por trabalho formal e salário acabam e a única oportunidade de auto-sobrevivência digna é a concorrência das ruas por pontos de coletas.

Tornam-se indivíduos subalternos e descrentes, cujo único objetivo é a sobrevivência, alcançada, muitas vezes, utilizando um carrinho emprestado para a catação pelas ruas sem qualquer organização. A arrecadação é trocada por migalhas pelo dono do meio de catação, o carrinho, chamado depositário.

Ressaltamos que muitos donos de depósitos conduzem seus comércios honestamente e ajudam os catadores com a oportunidade de trabalho ao comprar com exclusividade os materiais e ceder a carroça sem ônus. Contudo, constatamos a existência de muitos outros exploradores de catadores. Tais comerciantes cobram dos catadores o aluguel pela carroça cedida, pagam-lhes com bebida alcoólica, como a popular pinga, e colaboram com a condição desumana dos catadores e de suas famílias ao permitir que estes durmam nas ruas com as carroças ou mesmo dentro dos depósitos, em meio ao lixo.

Os catadores atuam há 50 anos no país e ainda não é reconhecido como trabalhador. Tal tipo de negócio é disperso e realizado, na sua maior parte, de forma clandestina, desconsiderando qualquer tipo de controle social e das autoridades públicas. As autoridades, por sua vez, tratam o problema de forma assistencialista, sem estabelecer uma relação e uma organização mínima equilibrada entre o capital e o trabalho, permitindo a exploração escravizante e as condições insalubres.

O trabalho feito pela autoridade municipal, por volta de 1989, caminhou para a realização desse equilíbrio de forças, entre carrinheiros e depositários. Muitos levantamentos foram feitos por meio de tentativas de cadastramentos dos catadores, no entanto, não passaram da fase do diagnóstico, uma vez que o projeto não teve continuidade.

Assim, perguntamo-nos se o perfil do carrinheiro mudou nos últimos anos. Ele continua sendo o trabalhador braçal, que usa o carrinho, hoje não mais amarelinho, pois, na luta pela sobrevivência, qualquer objeto serve para acomodar os materiais recolhidos a esmo pelas ruas. Os catadores trabalhavam dispersos, não dispendo de um local adequado para a triagem dos recicláveis coletados, ocupavam as calçadas, causando enormes problemas à manutenção da limpeza pública, atraindo a atenção da fiscalização da prefeitura que sempre apreendia seus materiais e seus carrinhos. O trabalho dos catadores normalmente é feito em família, sendo dividido, entre coleta e separação.



Fonte: Associação dos Catadores - 2004

O trabalhador catador Material Reciclável, invariavelmente, já trabalhou em outras áreas da atividade econômica; muitos vieram do campo e outros da construção civil e da indústria. Os motivos, que levaram esses trabalhadores à atividade informal, se devem ao problema da empregabilidade, resultado de políticas públicas mal conduzidas, e, certamente, do estágio predatório do capital.

A forma de trabalho e o resultado do seu esforço como processo inicial de um ciclo econômico deverá considerar os meios modernos de gestão e a regulamentação e controle das autoridades municipais para evitar os abusos, possibilitando os acessos à atividade econômica que possua todos os requisitos da segurança social.

Muitos catadores, donos de suas próprias carroças, conseguem trabalhar de forma organizada e sistemática, recebendo diariamente dos depósitos pelo volume coletado, podendo assim garantir a alimentação do dia e o aluguel. Porém, os catadores, na busca por cidadania e qualidade de vida, precisam se organizar e enfrentar o mercado de forma profissional e planejada, pois, apesar de contribuírem muito para a sociedade, ainda são vistos como minorias e o seu trabalho ainda é muito desvalorizado, o preço do material recolhido é baixo e o trabalho é árduo e pouco lucrativo. Em resumo, devem se juntar e montar cooperativas e associações que propiciem a organização do trabalho, traduzindo o resultado de seus esforços em melhoria de renda e garantia de direitos.

A formação de uma cooperativa implica o princípio do desenvolvimento racional e sustentável, a fim de garantir renda e atividade profissional, bem como a capacitação dos catadores para atuar na mecânica e logísticas das coletas seletivas, que são otimizadas pelo entendimento do cidadão e do poder público.

Em cooperativa, os catadores assumem seu papel de agente central para a afirmação de uma nova concepção de gestão de resíduos sólidos. Nesse papel, abrem a perspectiva para a legitimidade do trabalho do catador e seu direito a continuar sua atuação, fortalecendo o reconhecimento do catador como profissional. Acima dessa perspectiva, abrem para a sua integração na vida da cidade, ou seja, sua inclusão social.

Em relação ao papel dos catadores, Santos (1985) trata dos papéis sociais existentes no trabalho, em especial, das hierarquias e desigualdades. Para o autor, a hierarquia do trabalho pode ser definida, por exemplo, em função dos espaços que cada trabalhador possui. Assim, chefes possuem seu próprio espaço individual, sua sala, além de outras vantagens: ar condicionado, computador, etc. Os demais funcionários de nível médio dividem grandes espaços coletivos, nos departamentos em que trabalham. Já os funcionários de baixo nível – classes populares – não têm espaço previsto dentro do escritório, ficam nas garagens, cozinhas e porões. Percebem o espaço do escritório como o espaço dos outros, suas funções são de mero abastecimento de café, água, papel; funções que os classificam como inferiores.

Já na cooperativa, os catadores fazem uso irrestrito do espaço que ocupam, espaço este que é dividido com os funcionários da Organização de Auxílio fraterno (que utilizam os mesmos banheiros, cozinha) o que favorece a percepção de igualdade entre todos. Da mesma forma, a cooperativa é vista como um lugar, onde não ocorre a exploração do seu trabalho, é tida como um lugar justo, diferentemente de outros empregos ou depósitos em que trabalharam.

Não obstante, um fator fundamental que entendemos colaborar para a percepção de uma igualdade dentro da cooperativa, e a identificação com a mesma, é a produção de uma nova sociabilidade em seu interior. Em outras palavras, as relações de cumplicidade e solidariedade na cooperativa se estabelecem e não se restringem apenas as suas tarefas internas, mas aos laços de amizade e companheirismo que ali se formam, diferenciando-se das relações instrumentais já encontradas.

Em suma, os catadores encontram na cooperativa um território de base, justamente o contrário da solidão nômade das ruas, do mundo da desordem em que se encontravam. Conseguem, portanto, reconstruir seus laços sociais, amparados em novas solidariedades e alteridades que ali se formam, reconstruindo assim, suas identidades. Daí, inclusive, as metáforas encontradas nas entrevistas realizadas, da cooperativa considerada como uma família.

Entretanto, apesar de um discurso de igualdade que existe na cooperativa, e que os catadores lutam para que se mantenha, as próprias desigualdades e assimetrias inerentes à sociedade brasileira tendem a se manifestar ali. Logo, se de um lado, afirmam não existir padrões na cooperativa, e que eles próprios são responsáveis pela sua gerência, de outro, reclamam de diretores da cooperativa ou mesmo membro da Organização Não Governamental que tendem a querer das ordens ao restante dos catadores.

Em outras palavras, presidente e diretores da cooperativa, ou membros da Organização Não Governamental, tendem a reproduzir as relações de poder e as desigualdades inerentes à sociedade brasileira, havendo um conflito básico em torno de quem possui a competência para comandar a cooperativa, estabelecendo-se, assim, hierarquias dentro da mesma.

Por seu lado, os catadores não aceitam que essa diferenciação de cargo se converta em diferenciação de poder, ou seja, não aceitam receber ordens e não gostam que chamem sua atenção, quanto cometem erros no trabalho. Para eles, mesmo os diretores têm de ser iguais a todos os outros, como de fato são, pois vão às ruas para garantirem sua sobrevivência. Assim, os catadores criticam muitos membros da Organização Não Governamental, diretores e principalmente o presidente.

Assim, a organização dos catadores em uma associação é o primeiro passo para valorização da pessoa humana e inclusão do trabalhador, como membro de uma comunidade e de um processo de desenvolvimento sustentável.



O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – Vida e Cidadania – da regional litoral paulista, promoveu um encontro em Santos, em outubro de 2004, destacando-se a luta dos catadores no sentido de consciência sobre sua função social e da necessidade de organização e gestão do trabalho.

4.2 Perfil dos catadores da Cooperativa de Catadores de Material Reciclável de Santos

A pesquisa de campo feita por meio de entrevistas realizadas junto aos chefes de família dos catadores permitiu captar informações para a caracterização do perfil de trinta trabalhadores, participantes da Cooperativa de Catadores de Material Reciclável de Santos.

Com base nos documentos que serviram de questionários (cf. capítulo I), levantamos três aspectos de identificação: 4.2.1 perfil sociodemográfico, 4.2.2 perfil social e 4.2.3 perfil econômico.

4.2.1 Perfil sociodemográfico

A pesquisa para traçar o perfil dos catadores da Cooperativa de Santos abrange o aspecto sociodemográfico dos trabalhadores: a faixa etária, o sexo, a naturalidade, a escolaridade, o estado civil, o número de filhos.

O primeiro item se refere à faixa etária das famílias pesquisadas, como demonstrado pelo quadro abaixo:

Quadro 9 – Distribuição da população, segundo faixa etária.

| IDADE | % |
|--------------|--------------|
| 0 A 3 | 11,2 |
| 4 A 6 | 11,2 |
| 7 A 11 | 11,2 |
| 12 A 15 | 9,0 |
| 16 A 18 | 6,8 |
| 19 A 25 | 10,2 |
| 26 a 35 | 15,7 |
| 36 a 50 | 16,9 |
| 51 a 60 | 5,6 |
| mais de 60 | 2,2 |
| TOTAL | 100,0 |

A população de crianças até 15 anos representa 42,6% do total de integrantes dessas famílias. O número de idosos é muito pequeno, contrastando com o elevado número de crianças que de maneira geral, em Santos, atingem um percentual de 21,2%. O despreparo dos pais e o trabalho estafante e insalubre que conta muitas vezes com a cooperação dos filhos indica a necessidade de desenvolver ações que protejam esses jovens, desenvolvendo potencialidades.

Quadro 10 – Distribuição dos chefes de família, segundo faixa etária.

| IDADE | % |
|--------------|--------------|
| 25 a 30 | 22,7 |
| 31 a 40 | 31,8 |
| 41 a 50 | 27,3 |
| 51 a 60 | 9,1 |
| 61 a 71 | 9,1 |
| TOTAL | 100,0 |

O resultado acima mostra-nos que os chefes de família são em sua maioria jovens e em idade economicamente ativa. Acima de 50% dos catadores não ultrapassam os 40 anos de idade. Uma força de trabalho ainda vigorosa e passível de aprender a exercer com consciência o papel de cidadão.

Outro item pesquisa é a questão do gênero, ou seja, o sexo do atuante familiar: o homem ou a mulher. Assim, o quadro seguinte dá-nos o resultado:

Quadro 11 – distribuição dos chefes de família, segundo sexo do chefe.

| Sexo | % |
|--------------|--------------|
| Feminino | 22,7 |
| Masculino | 77,3 |
| TOTAL | 100,0 |

O resultado revela que apesar da atividade de catador ser altamente desgastante, um número significativo de mulheres chefia suas famílias e não possuem companheiros para dividir a responsabilidade de educar os seus filhos. A capacitação dessas mulheres é fundamental para que possam, com mais tranquilidade, desenvolver papel de gestora e mantenedora de sua família.

A escolaridade do chefe da família é outro fator destacado na pesquisa, a fim de relacionar com a condição profissional dos catadores, como serve o quadro12:

Quadro 12 – Distribuição dos chefes de família, segundo escolaridade do chefe.

| PESSOAS | % |
|----------------|------------|
| 1ª série | 4,5 |
| 3ª série | 9,1 |
| 4ª série | 13,7 |
| 6ª série | 27,3 |
| 7ª série | 9,1 |
| 8ª série | 18,2 |
| 1º médio | 4,5 |
| 3º médio | 4,5 |
| Não lembra | 9,1 |
| TOTAL | 100 |

A escolaridade dos chefes de família é baixa, pois 63,7% não concluíram o primeiro ciclo. Esse é um dos fatores de agravamento da crise, em que se encontram os catadores de materiais recicláveis com a escassez desses materiais e a submissão a grupos que exploram esse segmento.

Outro item pesquisado é o estado civil, cujo resultado é apresentado no quadro 13.

Quadro 13 - Distribuição dos indivíduos, segundo estado civil.

| Estado Civil | % |
|---------------------|--------------|
| União estável | 22,8 |
| Casado | 13,6 |
| Separado | 13,6 |
| Viúvo | 9,1 |
| Solteiro | 40,9 |
| Total | 100,0 |

Os catadores em sua maioria estão ou estiveram formando família em uniões oficiais ou não. Esse fato traz como característica a busca por um estado de estabilidade.

Outro aspecto pesquisado é a naturalidade dos catadores, referida no quadro seguinte:

Quadro 14 – Distribuição dos chefes de família, segundo naturalidade.

| Região | % |
|---------------|------------|
| Sudeste | 52,4 |
| Nordeste | 33,3 |
| Sul | 14,3 |
| TOTAL | 100 |

O resultado demonstra que os chefes são principalmente da região Sudeste contrariando o saber popular de que a origem predominante dos catadores é nordestina.

Quadro 15 - Distribuição das famílias, segundo número de integrantes.

| Integrantes da família | % |
|-------------------------------|--------------|
| 1 | 36,4 |
| 2 | 9,1 |
| 3 | 9,1 |
| 4 | 13,6 |
| 5 | 9,1 |
| 6 | 4,5 |
| Acima de 7 | 18,2 |
| TOTAL | 100,0 |

O quadro mostra que famílias com mais de 5 integrantes compõem 22,7% dos associados e que os homens, segundo entrevista realizada são a quase totalidade dos que moram sozinhos.

4.2.2 Perfil social

A pesquisa se estende para a relação entre os catadores e família e a sociedade local, no que diz respeito aos programas sociais, ao lazer, aos problemas locais e à coabitação.

O quadro seguinte se refere à participação em programas sociais dos catadores:

Quadro 17 -Distribuição das famílias,
segundo participação em programas sociais

| PROGRAMAS SOCIAIS | % |
|--------------------------|----------|
| Saúde família | 0 |
| Renda mínima | 0 |
| Bolsa-escola | 0 |
| Pensão inss | 2 |
| Vale Gás | 0 |
| Peti | 35,7 |
| Sem participação | 62,3 |
| Total | 100,0 |

O resultado evidencia a baixa participação das famílias em programas sociais apesar desses moradores viverem em área de comércio e de prédios públicos. Essa baixa participação implica, então, a evidencia da falta de mobilização desse grupo.

Quanto ao próximo item pesquisado, o tipo de lazer dos catadores, o quadro 18 mostra que:

Quadro 18 - distribuição dos entrevistados,
segundo os principais tipos de lazer

| LAZER | % |
|---------------------------|----------|
| Praia | 8,3 |
| Televisão | 97,8 |
| Esportes | 26,5 |
| Igreja | 32,8 |
| Leitura | 1,0 |
| Conservar com os vizinhos | 10,0 |

O resultado mostra que o principal meio de lazer é a televisão, seguido da Igreja. Esse fator deve ser considerado quanto às estratégias utilizadas para estimular o desenvolvimento social.

Outro item importante para o perfil dos catadores é sua consciência sobre as necessidades locais, segundo é mostrado no quadro 19:

Quadro 19 - Distribuição dos indivíduos, segundo as principais necessidades no bairro

| NECESSIDADES DO BAIRRO | % |
|-------------------------------|----------|
| Combate ao tráfico de drogas | 78,5 |
| áreas verdes/lazer | 47,8 |
| educação | 52,8 |
| moradia | 85,7 |
| segurança | 82,3 |

O quadro acima mostra que moradia, segurança e o combate às drogas são as principais preocupações. O número elevado de crianças e de adolescentes é fator de preocupação para a violência.

O quadro seguinte mostra a situação da coabitação, ou seja, famílias com chefias diferentes que vivem na mesma unidade domiciliar.

Quadro 20 - Distribuição dos associados por número de famílias que co-habitam

| Famílias | % |
|-----------------|--------------|
| 1 a 2 Famílias | 36,4 |
| 3 a 5 Famílias | 40,9 |
| 6 a 8 Famílias | 13,6 |
| 9 a 11 Famílias | 9,1 |
| TOTAL | 100,0 |

Apesar das moradias serem precárias, com pouca iluminação e ventilação, vários grupos familiares co-habitam mostrando propensão para a vida comunitária.

Quanto ao outro item importante, trata-se da condição habitacional dos catadores. O quadro seguinte trata do número de cômodos de que se servem os catadores para dormir.

Quadro 21 - Distribuição das residências segundo número de cômodos para dormir

| Nº. CÔMODOS | % |
|-------------|-------|
| 1 | 90,0 |
| 2 | 4,5 |
| 3 | 4,5 |
| TOTAL | 100,0 |

O quadro anterior revela que os associados vivem em sua grande maioria em residências com apenas um quarto o que impede o mínimo de privacidade.

A coabitação envolve a utilização de banheiro. O quadro seguinte mostra esse aspecto:

Quadro 22 - Distribuição dos domicílios segundo utilização do banheiro

| UTILIZAÇÃO DO BANHEIRO | % |
|------------------------|-------|
| Privado | 11 |
| Coletivo | 89 |
| TOTAL | 100,0 |

O resultado acima demonstra o nível de coletividade em que esses catadores vivem. No cotidiano, a utilização de tanque pode ser dividida entre os catadores, tal como mostra o quadro 23:

Quadro 23 - Distribuição dos domicílios segundo utilização do tanque

| UTILIZAÇÃO DO TANQUE | % |
|----------------------|--------------|
| Privado | 7 |
| Coletivo | 93 |
| TOTAL | 100,0 |

O resultado consiste em que a grande maioria das famílias convive e compartilha de tarefas corriqueiras, mas de caráter individual como lavar a roupa

de sua família. O quadro a seguir também trata da possibilidade de outra utilização em comum de material doméstico:

Quadro 24 - Distribuição dos domicílios segundo utilização do fogão

| UTILIZAÇÃO DO FOGÃO | % |
|---------------------|------|
| Privado | 62,0 |
| Coletivo | 38,0 |
| TOTAL | 100 |

O quadro anterior mostra que cozinhar todos os dias também é um exercício de organização.

A seguir, a pesquisa sobre o tempo de permanência dos catadores:

Quadro 25 - distribuição dos indivíduos segundo permanência na moradia atual

| PERMANÊNCIA NA MORADIA ATUAL | % |
|------------------------------|-----|
| ATÉ 6 MESES | 30 |
| DE 7 A 12 MESES | 20 |
| MAIS DE 1 ATÉ 2 ANOS | 18 |
| MAIS DE 2 ATÉ 6 ANOS | 14 |
| MAIS DE 6 ATÉ 10 ANOS | 4 |
| Acima de 10 anos | 14 |
| TOTAL | 100 |

O quadro nos informa que a rotatividade de moradia é alta o que corrobora a afirmação de que uma das necessidades do bairro é moradia. Mecanismos que facilitem a permanência em residências minimamente adequadas devem ser pensados.

O tipo de moradia é outro fator delimitador dos catadores, pois revela o nível econômico e a situação social dos trabalhadores. O quadro seguinte aponta para esse fator:

Quadro 26 -Distribuição das famílias segundo tipo de moradia

| MORADIA | % |
|----------------|------------|
| Alugada | 63,6 |
| Cedida | 31,8 |
| Ocupada | 4,6 |
| TOTAL | 100 |

O quadro acima mostra que o aluguel é um fator de extremo desgaste para essas pessoas que vivem da instabilidade de uma profissão em declínio.

De forma geral, o aspecto social caracteriza os catadores como pessoas com vocação a convivência organizada com capacidade para formarem núcleos de trabalho coletivo. A pouca escolaridade e o abandono social faz com que essas tendências não evoluam para uma melhoria da sua qualidade de vida.

4.2.3 Perfil econômico

A pesquisa consiste também no perfil econômico dos catadores associados à Cooperativa de Santos. Os quadros são sobre a fonte de renda, a renda, a distribuição da renda.

O primeiro item é sobre a fonte de renda, apontada a seguir:

Quadro 27 - Distribuição dos associados, segundo fonte de renda do chefe da família

| FONTE DE RENDA | % |
|--------------------------|------|
| Assalariado com registro | 9,1 |
| Autônomo | 90,9 |
| TOTAL | 100 |

O resultado mostra que os trabalhadores associados são na sua grande maioria autônomos e estão sujeitos ao abandono, caso não consigam trabalhar.

O segundo item consiste na informação sobre a renda do chefe da família:

Quadro 28 - Distribuição das famílias segundo renda do chefe

| RENDA | % |
|-----------------------|------------|
| Menos de R\$300,00 | 31,8 |
| R\$300,00 a R\$350,00 | 45,5 |
| R\$351,01 a R\$400,00 | 18,2 |
| Acima de R\$400,00 | 4,5 |
| TOTAL | 100 |

Destacamos que a renda média do chefe R\$294,55 o equivalente a 0,985 do salário mínimo. O resultado acima converge para que se compare esse valor com a necessidade de pagar aluguel e alimentação o que nos possibilitará medir o grau de dificuldade a qual esses trabalhadores são submetidos.

O terceiro aspecto trata-se da informação se o chefe se encontra no campo de trabalho.

Quadro 29 - Indicação de Trabalho Atual dos Chefes de Família.

| Categoria | % |
|------------------|------------|
| Sim | 95,5 |
| Não | 4,5 |
| TOTAL | 100 |

O resultado indica que os associados estão inseridos ativamente no sistema produtivo

O quarto aspecto pesquisado se refere à renda média *per capita* dos catadores.

Quadro 30 - Distribuição das famílias segundo classe de renda média *per capita*

| RENDA | % |
|--------------------------|------------|
| DE R\$51,00 A R\$100,00 | 38 |
| DE R\$101,00 A R\$150,00 | 35 |
| DE R\$151,0 A R\$200,00 | 17 |
| DE R\$201,00 A R\$300,00 | 6 |
| DE R\$301,00 A R\$400,00 | 4 |
| TOTAL | 100 |

Segundo o resultado, a renda *per capita* mais freqüente dos catadores esta na faixa com média de R\$75,00 ou seja abaixo da linha de pobreza.

A aspecto financeiro abrange também os interesses dos catadores, voltados, por exemplo, para cursos. Assim, o sétimo item pesquisado é sobre esse item:

Quadro 31 - Cursos de interesse dos indivíduos

| CURSOS | % |
|---------------------|------------|
| ARTESANATO | 23,0 |
| CABELEREIRO | 18,0 |
| COMPUTAÇÃO | 12,0 |
| CORTE E COSTURA | 12,0 |
| ELÉTRICA/ELETRÔNICA | 4,0 |
| ESTUDAR | 31,0 |
| MANICURE | 8,0 |
| TOTAL | 100 |

O resultado revela que estudar e fazer artesanato são os principais interesses desse grupo.

Os aspectos econômicos pesquisados, em suma, nos possibilitam verificar que é uma população ativa economicamente com interesse de aprender, mas que carece de formação.

De forma geral, os três aspectos destacados – sócio demográfico, social e econômico, viabilizam traçar um perfil dos catadores e família associados à Cooperativa dos Catadores de Material Reciclável de Santos.

Considerações finais

Ao concluir esta Dissertação, faz-se necessário tecer algumas considerações, no tocante aos resultados obtidos por esta investigação, cujo objetivo geral se configurou pela busca da verificação das potencialidades do modelo cooperativo, na dinamização dos negócios da reciclagem, por meio da parceria pública-privada, visando à reintegração socioeconômica dos catadores. No que tange ao objetivo específico 1, identificar os fatores para uma gestão sustentável e sua influência na criação da Cooperativa dos catadores de Material Reciclável de Santos, foi cumprido.

A Cooperativa dos Catadores de Material Reciclável de Santos é uma organização economicamente sustentável. Entre suas funções, articula os catadores da região, oferecendo alternativas para o futuro, ao gerar trabalho e renda e capacita o trabalhador, buscando subsídios para os serviços, já prestados pelos catadores.

O trabalho realizado pela Cooperativa faz parte do desenvolvimento sustentável ao atender as metas prioritárias: a satisfação das necessidades básicas da população, como educação, alimentação, saúde; a solidariedade para com as gerações futuras, em relação à preservação do ambiente; a participação da população local, envolvida na elaboração de um sistema social para garantir emprego e a efetivação dos programas educativos. Assim, foi possível elencar os efeitos decorrentes a gestão da Cooperativa:

- o crescimento da articulação social dos catadores e da família;
- possibilidade de aumento de participação de mais famílias da região;
- aumento do benefício de material reciclável, com perspectiva de crescimento;
- a viabilidade de trabalho com desenvolvimento sustentável;
- fortalecimento da auto-estima dos trabalhadores associados à Cooperativa;
- abertura de canais de colaboração entre a Cooperativa e a comunidade;

- consciência ambiental;
- valorização do trabalho e do trabalhador de coleta de lixo.

Em relação ao objetivo 2, identificar o perfil social e econômico dos catadores associados da Cooperativa foi cumprido satisfatoriamente. Quanto ao perfil do catador verificamos três aspectos:

- o perfil sociodemográfico caracteriza o catador, de forma geral, dá indícios do futuro dos jovens do Sudeste brasileiro, uma vez que a faixa etária predominante não ultrapassa 40 anos;
- o perfil social aponta para uma ação de comunitária predominante entre os catadores de material reciclável na convivência doméstica e co-habitação. Esse aspecto reflete no trabalho cooperativo;
- o perfil econômico apresenta a condição de trabalho e renda. Apenas 10% dos catadores possuem trabalho formal, com registro em carteira profissional. De forma geral, a renda não corresponde a um salário mínimo em vigor.

Isto posto, verificamos que a pesquisa remete a confirmação de que o perfil dos associados, hoje cooperados, exige ações planejadas para prepará-lo para o exercício de seu papel como agente e a organização cooperativa possibilita a auto-sustentabilidade dos catadores de material reciclável.

Os pressupostos teóricos fundamentaram os conceitos sobre exclusão, inclusão e gestão sustentável, permitindo conhecer o sistema informal de trabalho e as condições socioeconômicas do catador.

Tais resultados permitiram comprovar que o procedimento metodológico para esta investigação foi eficaz para a verificação dos fatores que propiciem compreender a organização e gestão cooperativa.

Em síntese, a elaboração desta pesquisa iniciou um estudo sobre a inserção do catador no mercado formal de trabalho fundamentada na construção da sua autonomia como cidadão. Conseqüentemente, esta Dissertação não se faz concluída e está aberta a novas investigações.

Referências bibliográficas

ABREU, Maria de Fátima. *Trabalho realizado pela coordenação do Fórum Nacional Lixo & amp; Cidadania*. 2002.

ALVES, Lauro E. Soutello. Governança e cidadania empresarial. *Revista de Administração de Empresas – RAEm*. São Paulo, v.41, n.4, p.78-86, 2001.

ASHLEY, Patrícia A. A. responsabilidade social nos negócios: um conceito em construção. In: ASHLEY, Patrícia A. A. (coord.). *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2002.

Bauman, Z. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

BENAKOUCHE, Rabah & CRUZ, René S. *Avaliação monetária do meio ambiente*. MAKRON Books. São Paulo. 1994.

CASSIOLATO, J. Eduardo e LASTRES, Helna M. Martins. O enfoque em sistemas produtivos e inovação local. In: FISCHER, Tânia (Org.) *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. Resoluções CONAMA; 1984/1991. IBAMA. Brasília. 1992.

DEJOURS, C. *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho*. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.

DEMO, Pedro. *Charme da exclusão social*. Campinas: Autores Associados, 1998.

DREW, David. *Processos interativos homem - meio ambiente*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.

DUPAS, G. *Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da terra e cultura da sustentabilidade*. Disponível: www.portoalegre2002.org/publique/cgi/public/cgilua.exe/sys/reader/htm/preindexvi ew.htm Acesso em 12/08/2004.

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa. *Revista de Administração de Empresas*, v.35, n.2, p.57-63, 1995.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LIMA, Antonia Jesuíta. *As multifaces da pobreza: Formas de vida e representações simbólicas dos pobres urbanos*. Teresina: Halley, 2003.

LIMA, Joaquim Pacheco. Quem são os pobres? *Revista 31º*. Terra e Cultura, Cadernos de Ensino e Pesquisa, ano XV, n jul/dez

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro : Zahar, 1967

Maturana, H. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte, UFMG, 1998.

MORIN, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1995

MORIN, Edgar. *O Paradigma Perdido - A Natureza Humana*. Lisboa: Biblioteca Universitária, 1974

PRADO, Ney. *Economia informal e o direito no Brasil*. São Paulo : Ltr, 1991.

ROSANVALLON, P. (1998). *A Crise do Estado-Providencia*.

ROBERTO, J. *Poema Ecológico*. Lisboa: Tecniset, 1978

SANTOS, Boaventura Souza. *Há cidadãos neste país?* São Paulo: Ática, 1997.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. 3ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

TEODÓSIO, Armindo dos S. Souza. O terceiro setor como utopia modernizadora da provisão de bens e serviços sociais: dilemas, armadilhas e perspectivas no cenário brasileiro. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2002, 119f. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais)

TOLBA, M. K., *Salvemos el Planeta - Problemas e Esperanzas*. Londres: Chapman & Hall, 1992.

VIEIRA, Maria Antonieta C. (org) *População de rua: quem é, como vive, como é vista*, Secretaria Municipal do Bem Estar Social – Prefeitura de São Paulo. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore; Bógus, Lucia; Yazbek, Maria Carmelita. *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: Educ, 2000.

ZALUAR, Alba. "Comentários dos assessores sobre o perfil do morador de rua" *in* Rosa, Cleisa M.M. (org.) População de rua: Brasil e Canadá. São Paulo: Hucitec, 1995.

| | S/N | Quantas | Valor |
|---------------|-----|---------|-------|
| Cesta básica | | | |
| Bolsa família | | | |
| Viva leite | | | |
| Peti | | | |
| Vale gás | | | |
| Outros | | | |
| | | | |
| | | | |

| | Por semana | mês |
|----------------|------------|-----|
| Comida | | |
| Bebida(álcool) | | |
| Luz | | |
| Água | | |
| Aluguel | | |
| outros | | |
| | | |
| | | |

Sua casa é : Própria Alugada Ocupada Cedida

Onde você mora? casa de cômodos / barraco / casa de alvenaria / apartamento / outro (qual?) _____

Quantos quartos tem sua casa? _____ Quantas famílias dividem o banheiro? _____

Existe algum deficiente na família(Sim / Não) ? _____ Quais deficiências?

Compromisso com os Catadores:

Eu, _____, me comprometo com os catadores de Santos, conforme as diretrizes do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e seus documentos, a saber: Carta de Brasília e Carta de Caxias do Sul, ambos em anexo.

Dessa forma, me comprometo a:

- Realizar um diagnóstico sobre a realidade dos catadores no município de Santos;
- Implantar o Fórum Municipal "Lixo e Cidadania";
- Integrar os catadores à sociedade, dando-lhes a oportunidade de formação continuada e estrutura necessária para formar ou integrar uma cooperativa de trabalho;
- Reformar e propor a doação do espaço que hoje é ocupado pela Associação dos Catadores de Material Reciclável de Santos, espaço este que historicamente pertence à organização dos catadores do município e que foi erguido com recursos internacionais doados à antiga nomenclatura da Associação, onde se ergueu um galpão em terreno da prefeitura cedido por um comodato de 10 anos, hoje já encerrado. O espaço vem sendo ocupado pela Associação com a permissão da Secretaria de Ação Comunitária e Cidadania, mas sem garantias plenas de permanência definitiva da organização de catadores no local;
- Elevar os índices de coleta seletiva no município;
- Reduzir os custos de destinação e coleta;
- Aglutinar os interesses do poder público, da sociedade e das empresas, num programa de redução do volume do resíduo gerado;
- Estabelecer regularidade, continuidade e permanente integração dos sistemas de coleta seletiva;
- Garantir a criação de "ecopontos" (PEVS) para facilitar a operação de armazenamento e retirada de materiais em toda cidade;
- Incluir as cooperativas de catadores na coleta seletiva oficial do município;
- Minimizar o problema de miséria e fome com políticas públicas voltadas aos catadores do município, gerando trabalho, renda e moradia.

Santos, xx de outubro de 2004.

CARTA DE BRASÍLIA

Os participantes do **1º CONGRESSO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS**, realizado em Brasília nos dias 4, 5 e 6 de junho de 2001, que contou com a participação de 1.600 congressistas, entre catadores, técnicos e agentes sociais de dezessete estados brasileiros, e os 3.000 participantes da **1ª MARCHA NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA**, no dia 7 de junho do mesmo ano, apresentam a toda a sociedade e às autoridades responsáveis pela implantação e efetivação das políticas públicas, as reivindicações e propostas que seguem. E o fazem contando com a força nascida de um longo processo de articulação, apoiado pelo **Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua**, que teve seu ponto alto no 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, realizado em Belo Horizonte, MG, em novembro de 1999, onde decidiu-se pela organização do presente Congresso.

Conscientes da nossa cidadania e da importância do trabalho que desenvolvemos e das tecnologias por nós elaboradas, já qualificadas em mais de cinco décadas de atuação cotidiana, tomamos a iniciativa de apresentar ao Congresso Nacional um anteprojeto de lei que regulamenta a profissão catador de materiais recicláveis e determina que o processo de industrialização (reciclagem) seja desenvolvido, em todo o país, prioritariamente, por empresas sociais de catadores de materiais recicláveis.

Em relação ao Poder executivo, propomos:

- 1.1 – Garantia de que, através de convênios e outras formas de repasse, haja destinação de recursos da assistência social para o fomento e subsídios dos empreendimentos de Catadores de Materiais Recicláveis que visem sua inclusão social por meio do trabalho.
 - 1.2 - Inclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis no Plano Nacional de Qualificação Profissional, priorizando sua preparação técnica nas áreas de gestão de empreendimentos sociais, educação ambiental, coleta seletiva e recursos tecnológicos de destinação final.
 - 1.3 - Adoção de políticas de subsídios que permitam aos Catadores de Materiais Recicláveis avançar no processo de reciclagem de resíduos sólidos, possibilitando o aperfeiçoamento tecnológico dos empreendimentos com a compra de máquinas e equipamentos, como balança, prensas etc.
 - 1.4 - Definição e implantação, em nível nacional, de uma política de coleta seletiva que priorize o modelo de gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos, colocando os mesmos sob a gestão dos empreendimentos dos Catadores de Materiais Recicláveis.
 - 1.5 - Garantia de que a política de saneamento tenha, em todo o país, o caráter de política pública, assegurando sua dimensão de bem público. Para isso, sua gestão deve ser responsabilidade do Estado, em seus diversos níveis de governo, em parceria com a sociedade civil.
 - 1.6 - Priorização da erradicação dos lixões em todo o país, assegurando recursos públicos para a transferência das famílias que vivem neles e financiamento para que possam ser implantados projetos de geração de renda a partir da coleta seletiva. E que haja destinação de recursos do programa de Combate à Pobreza para as ações emergenciais.
- 2 - Em relação à cadeia produtiva:**
- 2.1 – Garantir nas políticas de financiamentos e subsídios, que os recursos públicos sejam aplicados, prioritariamente, na implantação de uma política de industrialização dos materiais recicláveis que priorizem os projetos apresentados por empresas sociais de Catadores de Materiais Recicláveis, garantindo-lhes acesso e domínio sobre a cadeia da reciclagem, como estratégia de inclusão social e geração de trabalho e renda.
- 3 – Em vista da cidadania dos Moradores(as) de Rua**
- 3.1 – Reconhecimento, por parte dos governos, em todos os níveis e instâncias, da existência da População de Rua, incluindo-a no Censo do IBGE e garantindo em lei a criação de políticas

- específicas de atendimento às pessoas que vivem e trabalham nas ruas, rompendo com todos os tipos de discriminação.
- 3.2 – Integração plena da População de Rua na política habitacional que garanta e subsidie a construção de casas em áreas urbanizadas, e que parta da recuperação e desapropriação dos espaços ociosos nos centros das cidades, garantindo-lhes o ***direito à cidade***.
 - 3.3 - Priorização da geração de oportunidades de trabalho, com garantia de acesso a todos os direitos trabalhistas, aos Moradores de Rua, superando especialmente as discriminações originadas na falta de domicílio e/ou na indicação de endereços de albergues.
 - 3.4 – Promoção de políticas públicas de incentivo às associações e cooperativas de produção e serviços para e com os Moradores de Rua.
 - 3.5 – Garantia de acesso à educação de todos os Moradores de Rua, especialmente das crianças, em creches e escolas, independente de comprovante de residência, possibilitando também a inclusão das famílias que moram nas ruas no programa Bolsa-Escola.
 - 3.6 – Inclusão dos Moradores de Rua no Plano Nacional de Qualificação Profissional, como um segmento em situação de vulnerabilidade social, garantindo seu encaminhamento a formas de trabalho que geram renda.
 - 3.7 - Garantia de atendimento no Sistema Único de Saúde - SUS aos Moradores de Rua, abrindo também sua inclusão nos programas especiais, como “saúde da família” e similares, “saúde mental”, DST/AIDS/HIV e outros, instituindo “casas-abrigo” para apoio dos que estão em tratamento.

Frente à significativa representação destes eventos, não temos mais dúvidas quanto à força e importância de nosso movimento e acreditamos que a transformação da realidade atual será progressiva e crescente.

Acreditamos que a partir deste momento o Estado e a sociedade brasileira não terão condições de negar o valor do nosso trabalho. Lutaremos para alcançar maior autonomia e condições adequadas para exercer nossa profissão, comprometendo Estado e sociedade na construção de parcerias com nossas associações e/ou cooperativas de trabalho.

Trabalharemos cotidianamente pela erradicação do trabalho infantil e do trabalho nos lixões, colocando nossa força e nossas tecnologias a serviço da preservação ambiental e da construção de uma sociedade mais justa.

**Pelo fim dos lixões!
Reciclagem feita pelos catadores, já!**

Brasília, junho de 2001.

CARTA DE CAXIAS DO SUL

Somos 800 Catadoras e Catadores e representamos milhares de companheiras e companheiros do Brasil, do Uruguai e da Argentina. Queremos compartilhar com todas as pessoas a rica experiência de lutas, dificuldades, sonhos e conquistas vividas neste Congresso.

Esta luta não começou agora. Ela é fruto de uma longa história de mulheres e homens que, com seu trabalho de Catadores, garantiram a sobrevivência a partir do que a sociedade descarta e joga fora.

É uma história em que descobrimos o valor e o significado do nosso trabalho: coletando e reciclando materiais descartados, somos agentes ambientais e contribuimos com a limpeza das cidades. A organização de associações e cooperativas criou a possibilidade de trabalho e renda para os setores mais excluídos da sociedade.

Por tudo isso, o trabalho e as organizações dos Catadores são uma luz que aponta na direção de um novo modelo de desenvolvimento para nossas cidades e para nossos povos. Nossa experiência mostra que todas as pessoas podem ser muito mais felizes e saudáveis. Basta dar valor a tudo e reciclar tudo o que for possível, reciclando a própria vida.

Por que há, no entanto, tanta gente que não vê isso e não se junta a nós?

O Congresso nos ajudou a entender o que vivemos no dia-a-dia: fazemos parte de sociedades em que valem mais as mercadorias do que as pessoas e a natureza. Só se dá valor às coisas que se pode vender para aumentar os lucros. Tudo que sobra - até mesmo as pessoas - é jogado fora. Não se presta atenção ao que é tirado da natureza para fazer as coisas que compramos, e menos ainda ao que acontece com a natureza a partir do que se joga fora.

A mesma dominação capitalista que gerou essa mentalidade está exigindo, nos últimos anos, uma liberdade total para as grandes empresas e bancos fazerem negócios em todo o mundo. Ela não respeita nada, nem mesmo a cultura e a soberania dos povos. Usa até mesmo a guerra para consumir armas e como instrumento para se apropriar do resto das riquezas naturais do Planeta.

Em nossa América, a ALCA é o caminho escolhido para colocar nossos povos sob o domínio do império econômico e militar estadunidense. Sua implantação retirará de nossas mãos o poder de decidir sobre o nosso destino. Perderemos o poder de decidir sobre o melhor uso das riquezas existentes, como a água e a biodiversidade, bem como o de escolher a melhor maneira de reciclar os resíduos sólidos, reciclando, ao mesmo tempo, a nossa vida e a vida de toda a sociedade.

Não aceitamos esse projeto dos capitalistas. Ele é portador de exclusão e de morte para a maioria da humanidade. Nossa experiência de Catadoras e Catadores nos mostra que é possível e já estamos abrindo um caminho novo e diferente, portador de vida para todas as pessoas e para o meio ambiente da vida.

Olhando para o futuro e com grande esperança, os participantes do 1º Congresso Latino-americano de Catadores assumem e convidam as pessoas e povos a assumirem com eles os seguintes compromissos:

1. lutar em favor da organização de todos os Catadores e Catadoras em associações ou cooperativas, reforçando os Movimentos dos Catadores existentes, superando a fome e a exclusão por meio de iniciativas que gerem trabalho e renda;

2. intensificar o intercâmbio e a articulação entre as iniciativas e organizações de Catadores de recicláveis dos países do Mercosul e de toda a América Latina, visando a construção de redes de cooperativas, associações e empresas comunitárias e uma futura criação de um movimento latino-americano deste setor.

3. trabalhar em favor de uma maior integração das comunidades de nossas cidades com as organizações de Catadores através de políticas e programas de educação ambiental, garantindo sua cooperação na separação e entrega dos recicláveis, no controle das ações dos governos, na valorização do trabalho dos Catadores, na participação em Fóruns de Gestão das políticas públicas;

4. conquistar, junto aos governos, o reconhecimento do trabalho dos Catadores na limpeza pública e a regulamentação da nossa profissão;

5. garantir programas de alfabetização e de formação para os Catadores que não tiveram oportunidades;
6. lutar pela revisão da legislação do cooperativismo para facilitar a implementação e o funcionamento do sistema no processo de organização dos Catadores;
7. lutar por novas formas de acesso dos Catadores aos benefícios da Previdência Social;
8. lutar contra a privatização do setor e garantir que os programas de coleta seletiva sejam implementados prioritariamente em parceria com as organizações de Catadores;
9. garantir que os investimentos do governo federal brasileiro para o setor de resíduos sólidos urbanos sejam condicionados à implantação da coleta seletiva em parceria com as organizações dos Catadores;
10. lutar pela erradicação dos lixões e implantação de aterros sanitários e pela garantia de investimentos para a implantação de infra-estrutura para o trabalho dos Catadores através de suas organizações;
11. lutar por uma legislação que exija que as empresas geradoras de resíduos sólidos assumam com responsabilidade o seu destino correto;
12. dar passos concretos para garantir o domínio da cadeia produtiva por parte das organizações dos Catadores, articulando-se com outros movimentos sociais para garantir que as propostas de leis e de políticas públicas referentes à coleta, triagem e industrialização de resíduos sólidos, elaboradas pelos Catadores, sejam assumidas pelos governos;
13. lutar por políticas públicas de fomento e incentivo para a capacitação e formação, com autonomia pedagógica das organizações de Catadores;
14. lutar pela criação de linhas de crédito específicas para grupos organizados de Catadores;
15. exigir a garantia da integração dos Catadores na política de saneamento ambiental;
16. lutar em favor de políticas de meio ambiente e de investimento em tecnologias adequadas de industrialização;
17. lutar em favor de nova modalidade de contrato de prestação de serviços entre as prefeituras e as organizações de Catadores na Coleta Seletiva;
18. mobilizar nossas organizações contra a guerra ao Iraque e contra a militarização do Continente Americano com bases estadunidenses, reforçando a luta pela paz.

Caxias do Sul, 20 a 23 de janeiro de 2003.